



Boletim MacroFiscal
da SPE

Boletim MacroFiscal da SPE

Ficha Técnica

Ministro da Fazenda

Fernando Haddad

Secretário da Política Econômica

Guilherme Santos Mello

Subsecretária de Política Macroeconômica

Raquel Nadal Cesar Gonçalves

Subsecretária de Política Fiscal

Débora Freire Cardoso

Equipe técnica responsável

Ana Paula Guidolin

Arthur Rocha Xavier

Camila Ferraz Peixoto Cavalcante

Carlos Henrique Coelho de Andrade

Cecília Monteiro Marinho

Cristiano Boaventura Duarte

Elder Linton Alves de Araújo

Gustavo Miglio de Melo

Helder Lara Ferreira Filho

Josué Jonas de Lima

Ligia Toneto

Lilian Cavalcante Souto

Lorena Silva Brandão

Musa Ferreira Gomes Lara

Rafael de Azevedo Ramires Leão

Sarah Mickaelly Santos de Souza

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

Tereza Cleise da Silva de Assis

Projeto gráfico e diagramação

André Oliveira Nóbrega

Índice

Resumo	5
Panorama geral	6
Projeção para o crescimento no curto prazo	13
Perspectivas para a atividade nos próximos anos	14
Cenário para inflação	16
Indicadores Macrofiscais e Projeções do Sistema PRISMA Fiscal	19
Impacto da calamidade do Rio Grande do Sul no PIB de 2024	27



Panorama Macroeconômico

O Panorama Macroeconômico é um conjunto amplo de indicadores de conjuntura e de projeções da Grade de Parâmetros para o processo orçamentário, produzido pela SPE. Apresenta dados selecionados de atividade econômica: PIB, produção setorial, emprego e renda, preços e inflação, crédito e mercado financeiro, política fiscal, setor externo e economia internacional.

Boletim disponível pelo QR-Code ou na página da SPE <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe>



Prisma Fiscal - SPE

O Prisma Fiscal/SPE é um sistema de coleta de expectativas de mercado para acompanhamento das principais variáveis fiscais brasileiras. Apresenta projeções de analistas do setor privado, em bases mensais e anuais, para as seguintes variáveis: arrecadação das receitas federais, receita líquida do governo central, despesa primário do governo central, resultado primário do governo central, resultado nominal do governo central e dívida bruta do governo geral.

Endereço da página do Prisma Fiscal/SPE <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/prisma-fiscal>

Resumo

Neste Boletim, a projeção para o crescimento do PIB de 2024 permaneceu em 2,5%. O vigor das vendas no varejo e a demanda crescente por serviços prestados às famílias, repercutindo a geração de novos postos de trabalho, o avanço da massa de rendimentos e as condições menos restritivas de crédito, seguem como os principais vetores de crescimento em 2024, acompanhados pela recuperação dos investimentos em função da expansão na absorção de bens de capital projetada para o ano. O box “Impactos da calamidade no Rio Grande do Sul no PIB de 2024” mostra que os impactos negativos das enchentes no estado devem ser compensados por medidas de suporte às famílias, empresas e aos governos estadual e municipais.

Apesar da projeção de crescimento para o ano ter permanecido estável desde maio, houve mudanças por setor produtivo. Para a agropecuária, a variação esperada para o PIB caiu de -1,4% para -2,5%, refletindo a redução nas estimativas para a safra de soja, milho e trigo em 2024 e os impactos da calamidade no RS. Para a indústria, a expectativa de crescimento em 2024 foi revisada para cima, de 2,4% para 2,6%. A revisão repercutiu, sobretudo, as maiores expectativas para o crescimento da indústria de transformação e construção no ano. A projeção para a expansão dos serviços também subiu, passando de 2,7% para 2,8%.

Para o 2T24, a expectativa é de desaceleração moderada no ritmo de atividade, para 0,6% na margem. A calamidade no RS em maio explica parcialmente a desaceleração no crescimento no trimestre, afetando principalmente as estimativas de expansão da agropecuária e da indústria de transformação. O crescimento de 0,6% na margem equivale à expansão interanual de 1,9% e à alta de 2,1% no acumulado em quatro trimestres.

A previsão para a inflação medida pelo IPCA avançou de 3,70% para 3,90% em 2024. Essa estimativa já leva em consideração os impactos do câmbio mais depreciado e da calamidade no RS nos preços, além dos reajustes recentes anunciados para os preços da gasolina e GLP. Para a média das cinco principais métricas de núcleo, a previsão foi revisada de 3,40% para 3,70%. Para 2025, a previsão de inflação medida pelo IPCA foi revisada principalmente para incorporar a expectativa de maior cotação do dólar, mas a perspectiva de desinflação permanece, devendo ser observada tanto para preços livres como para monitorados. Para a inflação medida pelo IGP-DI, a projeção para 2024 avançou de 3,50% para 3,60%.

No Prisma Fiscal de julho, a projeção mediana para o déficit primário de 2024 aumentou pelo segundo mês consecutivo, interrompendo a trajetória de queda dos meses anteriores. De janeiro a julho de 2024, a mediana das projeções para o déficit primário para o ano caiu de R\$ 118,6 bilhões em janeiro para R\$ 81,4 bilhões em julho. No último boletim macrofiscal de maio, a estimativa era de R\$ 76,8 bilhões. A mediana das expectativas de julho para a Dívida Bruta do Governo Geral em 2024 foi de 77,46%, ante 77,30% no Boletim de maio de 2024 e 82,40% em janeiro de 2023.

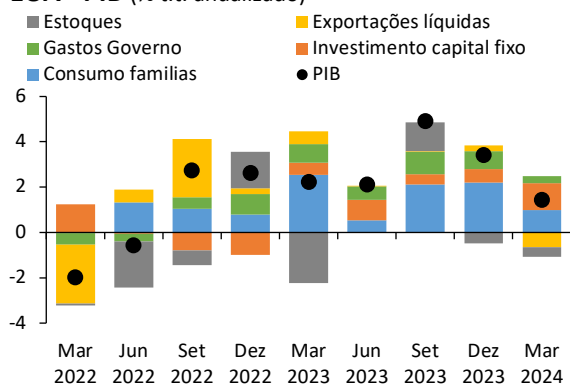
Projeções	2024	2025
PIB real (%)	2,5	2,6
IPCA acumulado (%)	3,90	3,30
INPC acumulado (%)	3,65	3,15
IGP-DI acumulado (%)	3,60	4,00

Panorama geral

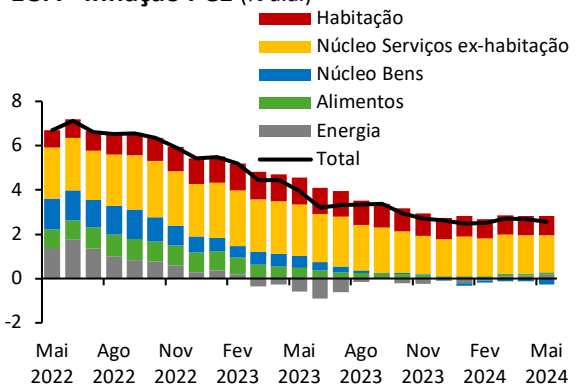
Apesar do balanço de riscos mais equilibrado desde maio, incertezas de natureza econômica e geopolítica seguem como desafios no cenário macroeconômico. O ritmo de crescimento da atividade mundial vem se mostrando resiliente, em paralelo ao processo de desinflação nas principais economias avançadas. Esse cenário menos adverso para a economia real tem colaborado para tornar o balanço de riscos mais equilibrado, embora persistam incertezas relacionadas ao ciclo de flexibilização monetária, com destaque para o impacto inflacionário de conflitos geopolíticos, de mudanças climáticas e de polarizações políticas.

Nos Estados Unidos, o processo de desinflação voltou a ser observado no 2T24, junto a sinais de desaceleração moderada da atividade e mercado de trabalho. O PIB americano desacelerou de 3,40% no 4T23 para 1,40% no 1T24 como reflexo, principalmente, do menor crescimento do consumo das famílias. A taxa de desemprego subiu de 3,8% em março para 4,1% em junho e houve redução da razão de novas vagas por desempregados. Em paralelo a esses sinais de arrefecimento da atividade norte-americana, a inflação medida pelo núcleo do PCE voltou a cair, passando de 2,8% no 1T24 para 2,6% no 2T24. Com base nesse cenário, o mercado voltou a precificar com maior probabilidade dois cortes de 25 pontos-base nos juros pelo Fed até o final de 2024, com início em setembro.

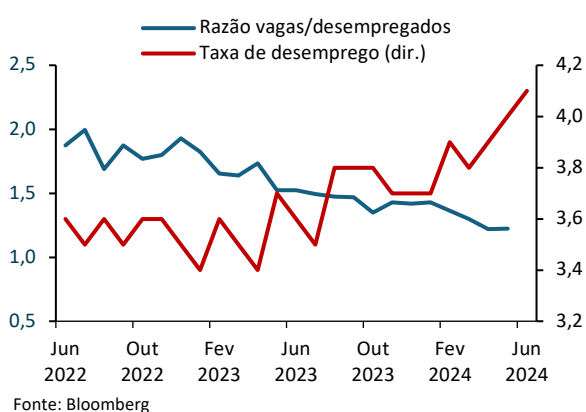
EUA - PIB (% t.t. anualizado)



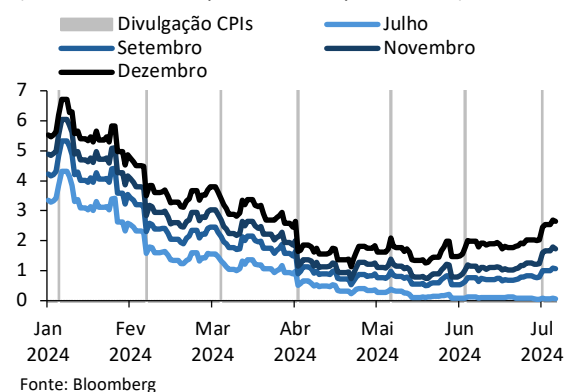
EUA - Inflação PCE (% a.a.)



EUA - Mercado de Trabalho



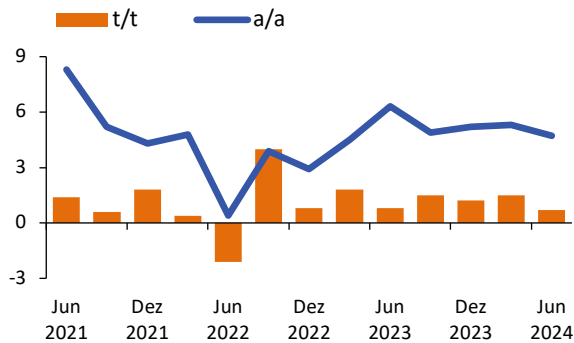
EUA - Expectativa de cortes de juros pelo FED (nº de cortes de 25 pbs em 2024, por reunião)



A economia chinesa segue impulsionada pelo setor externo, apesar do menor crescimento e da crise no setor imobiliário. No 2T24, o PIB chinês cresceu 4,7% ao ano, desacelerando ante a alta de 5,3% no 1T24. Apesar do bom desempenho do setor industrial e das exportações de manufaturas, o mercado

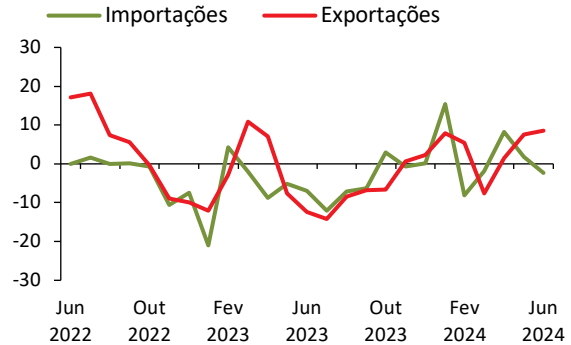
doméstico continuou dando sinais de baixo dinamismo, com as vendas no varejo crescendo em ritmo lento (2,0% ao ano em junho) e a inflação ao consumidor ainda muito próxima de zero no acumulado em doze meses (0,2% ao ano em junho). A crise imobiliária impõe restrições ao orçamento das famílias, dificultando o avanço do crédito apesar das medidas de estímulo do governo, com destaque para a compra por empresas estatais de imóveis não vendidos e para as emissões de títulos públicos de longo prazo para dar suporte aos investimentos.

China - PIB (Var. %)



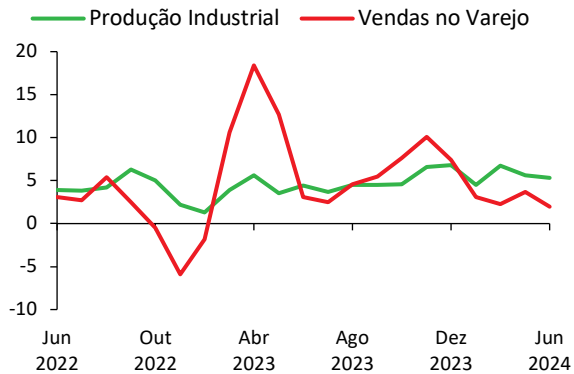
Fonte: Bloomberg

China - Balança comercial (% a.a.)



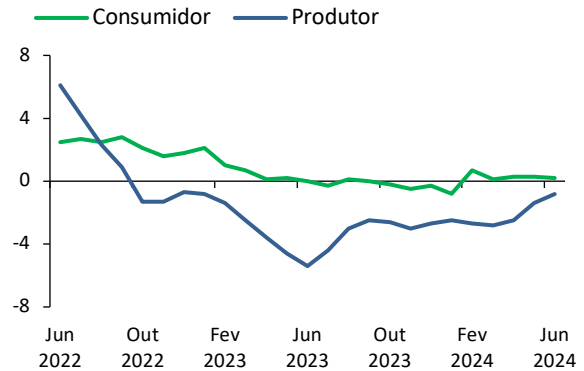
Fonte: Bloomberg

China - Atividade (var. % a.a.)



Fonte: Bloomberg

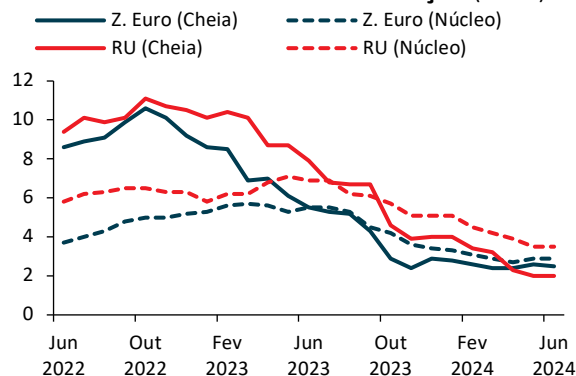
China - Inflação (% a.a.)



Fonte: Bloomberg

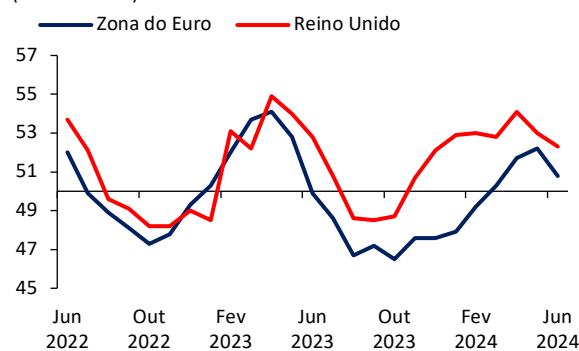
Na Europa, alguns países já reduziram os juros, porém a continuidade da flexibilização monetária deverá depender da dinâmica inflacionária à frente. Cortes nos juros de 25 pontos-base foram praticados pela Suíça em março, pela Suécia em maio e pela Zona do Euro em junho. Nesses países, a inflação vinha dando sinais de arrefecimento, em paralelo a um baixo ritmo de crescimento da atividade. Na Zona do Euro, no entanto, o processo de desinflação segue com trajetória não-linear, cenário que tende a elevar a cautela do BCE quanto ao ritmo de cortes nos juros. As incertezas quanto aos rumos da política monetária nos Estados Unidos também acrescentam complexidade às decisões de novos cortes de juros no continente. No Reino Unido, apesar da redução na inflação nos últimos meses, a resiliência nos preços de serviços e do núcleo deve postergar o início dos cortes de juros de agosto para setembro.

Zona do Euro e Reino Unido - Inflação (% a.a.)



Fontes: Bloomberg/Eurostat/ ONS

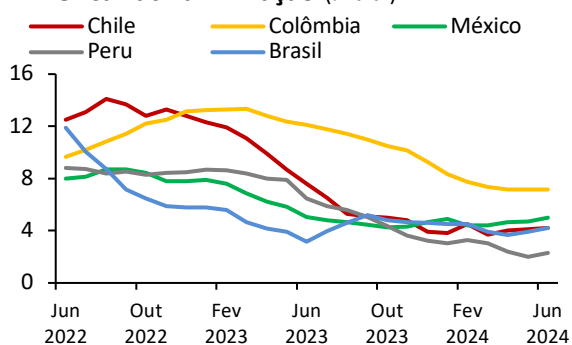
Zona do Euro e Reino Unido - PMI composto (índice de saz)



Fonte: Bloomberg

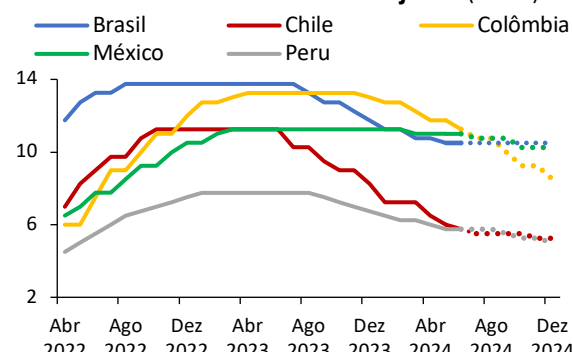
Na América Latina, o fortalecimento do dólar limitou o processo de flexibilização monetária em curso. Desde meados de abril, após mudanças nas perspectivas quanto ao início do ciclo de cortes de juros nos Estados Unidos, a cotação do dólar subiu de maneira expressiva nas principais economias da América Latina, assim como verificado no Brasil. A depreciação acentuada do câmbio tem pressionado a inflação corrente e comprometido as expectativas quanto à continuidade da desinflação nessas economias, levando os bancos centrais a reduzir o ritmo de corte nos juros (caso do Chile) ou a interromper o ciclo de flexibilização (caso do Peru e México).

América Latina - Inflação (% a.a.)



Fonte: Bloomberg

América Latina - Taxa básica de juros (% a.a.)

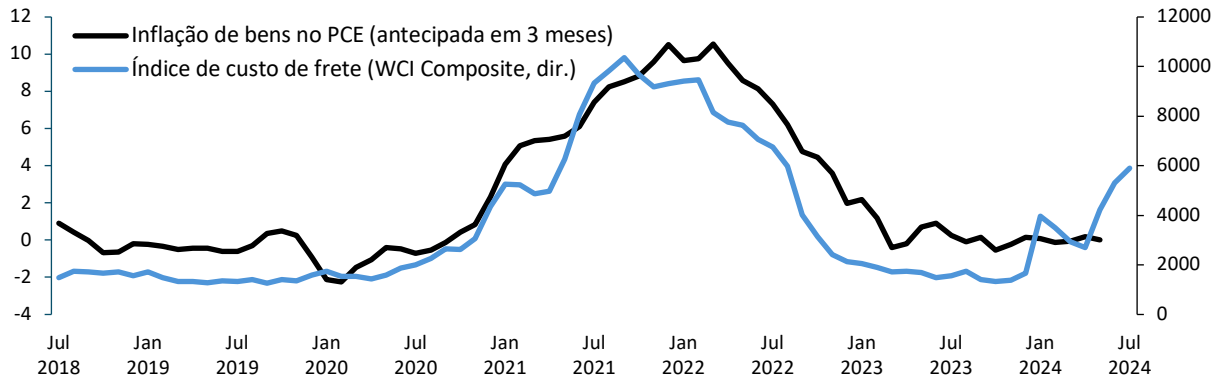


Fonte: Bloomberg, BCs Latam. *Linha pontilhada = projeção.

Às incertezas para o cenário de flexibilização monetária se somaram mais recentemente o aumento nos custos de frete e a intensificação da polarização política em diversos países. Em maio, o índice de custo de frete internacional voltou a subir de maneira expressiva como reflexo de maiores gargalos em rotas marítimas importantes, como o canal de Suez (afetado pelos ataques dos Houthis às embarcações) e do Panamá (afetado pela água abaixo dos níveis normais, devido à escassez de chuvas na região). O excesso de bens manufaturados para exportação na China tem causado congestionamento nos portos asiáticos, também contribuindo para o encarecimento dos fretes (principalmente na rota Ásia-América do Norte, dada as expectativas de maiores tarifas de importação após as eleições nos EUA). Esse aumento nos fretes, se persistente, tende a contribuir negativamente para desinflação global em curso, sobretudo no caso de bens. Vale notar, além disso, que os processos eleitorais em 2024 têm se mostrado mais turbulentos que o inicialmente previsto. Na África do Sul, Índia e México, a escolha dos líderes provocou reações adversas nos mercados financeiros, seja por dificuldade de formação de coalizões nos governos; seja pelos discursos dos candidatos eleitos. O aumento da polarização também ocorreu nas eleições parlamentares da União Europeia e França e se manifesta com grande intensidade na eleição presidencial dos EUA. Esse quadro de polarização eleva incertezas e a aversão ao risco de investidores, contribuindo para aumentar a volatilidade cambial, sobretudo em

países emergentes, com impacto na inflação. Nos EUA, em particular, a perspectiva de um novo governo republicano tende a pressionar os juros longos podendo, eventualmente, impactar o ciclo de flexibilização monetária.

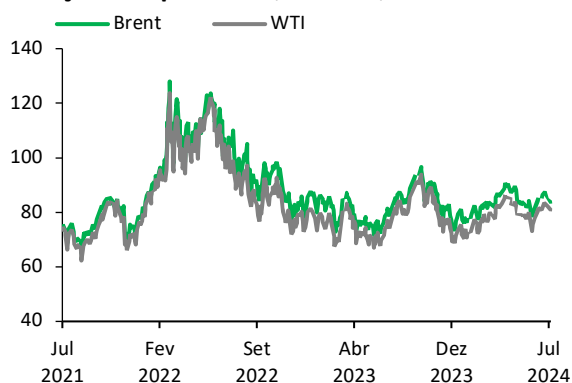
Índice de custo de frete e inflação de bens no PCE



Fonte: Bloomberg.

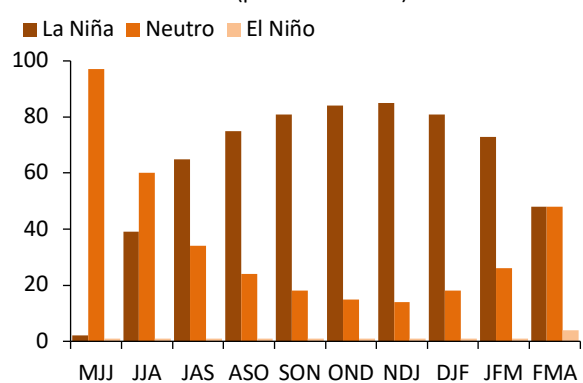
Um novo acirramento das tensões geopolíticas e a ocorrência de *La Niña* de forte intensidade seguem como riscos a serem monitorados. O acirramento de conflitos no Oriente Médio e na Ucrânia pode elevar a cotação de *commodities*, especialmente do petróleo. A esses conflitos, soma-se a escalada de disputas comerciais entre China, Estados Unidos e União Europeia, na busca por hegemonia na produção de produtos de alta tecnologia. Essas disputas tendem a intensificar práticas protecionistas, podendo pressionar a inflação de bens industriais. Vale notar, por fim, que a probabilidade de ocorrência de *La Niña* no final do ano segue elevada, embora com intensidade ainda incerta.

Cotações de petróleo (US\$/barrel)



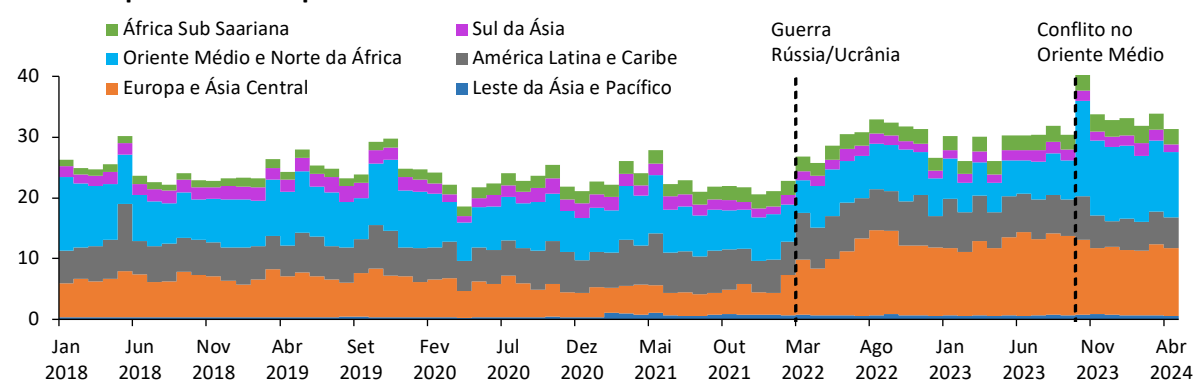
Fonte: Bloomberg

El Niño e La Niña (probabilidade %)



Fonte: NOAA

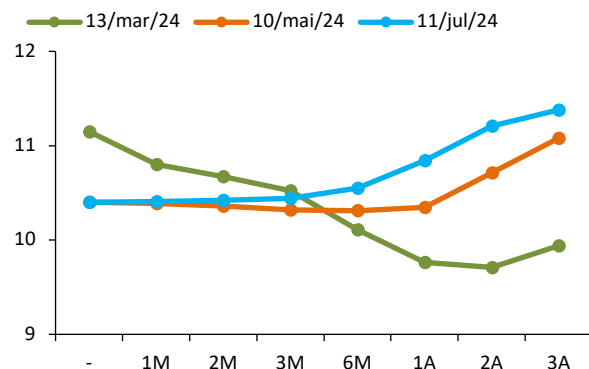
Conflitos por milhão de pessoas



Fonte: ACLED, Banco Mundial

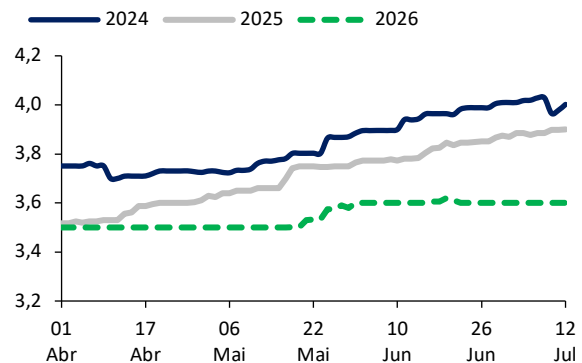
No Brasil, tanto a curva de juros como a inflação projetada pelo mercado para este e para o próximo ano subiram comparativamente a maio. A curva DI se deslocou para cima principalmente para vencimentos mais longos, repercutindo o cenário externo de aversão ao risco e volatilidade cambial, a pausa no ciclo de flexibilização monetária pelo Copom, e ainda ruídos relacionados à condução das políticas monetária e fiscal no Brasil. A projeção para o IPCA em 2024 subiu como reflexo da calamidade no Rio Grande no Sul (RS), que vem impactando de maneira mais intensa os preços de alimentos. A alta nas expectativas para a inflação de 2024 e 2025 é explicada também pela perspectiva de real mais depreciado nesses anos.

Curva de juros - BM&F Pré x DI %



Fonte: Bloomberg e LCA

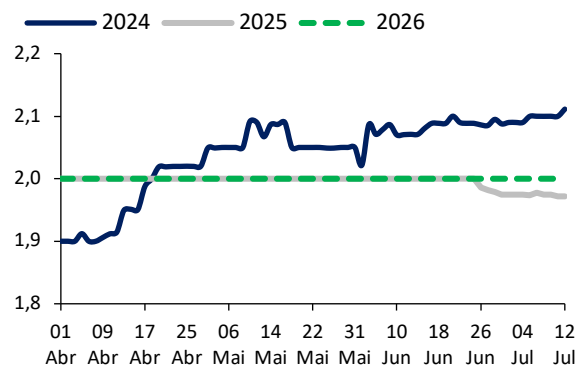
IPCA - mediana das expectativas de mercado (% a.a.)



Fonte: BCB/Focus

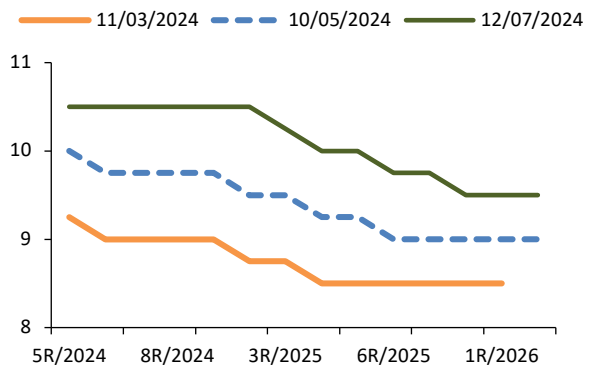
As expectativas de mercado para o crescimento do PIB em 2024 não se alteraram de maneira significativa desde maio. O resultado observado para o PIB do 1T24 surpreendeu positivamente, mas esse efeito foi parcialmente compensado pelos impactos negativos estimados para calamidade do RS na atividade. Embora a estimativa para o crescimento em 2024 não tenha se alterado substancialmente, passando de 2,09% a 2,11%, para 2025 houve leve revisão para baixo, de 2,00% para 1,97%, repercutindo principalmente a expectativa de menor redução nos juros.

PIB - mediana das expectativas de mercado (% a.a.)



Fonte: BCB/Focus

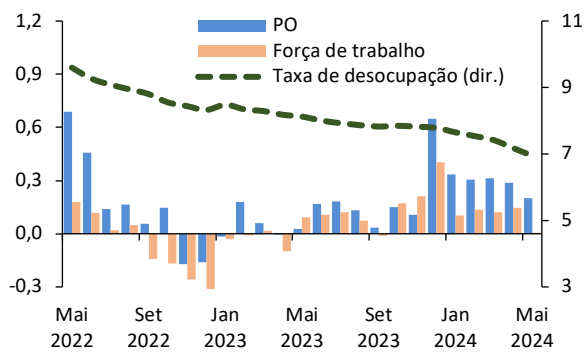
Meta Selic - mediana por reunião do Copom (% a.a.)



Fonte: BCB-Focus

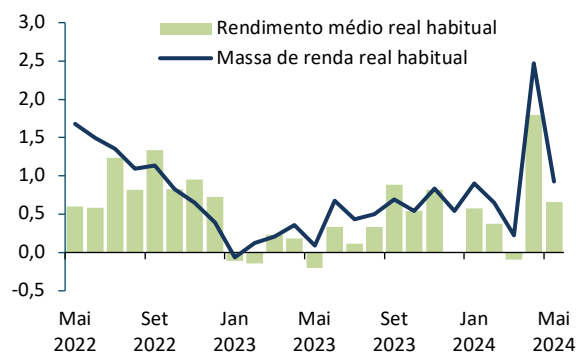
Dados do mercado de trabalho reforçam esse cenário de manutenção das estimativas de crescimento em 2024, apesar da calamidade no RS. Do trimestre encerrado em março até o trimestre encerrado em maio, dados dessazonalizados da PNAD mostraram queda na taxa de desemprego, de 7,4% para 7,0%. A redução do desemprego repercutiu o crescimento de 0,5% da população ocupada no período, mais forte que o avanço da força de trabalho (0,2%). Destaque, sobretudo, para a expansão na contratação de trabalhadores formais, fator que contribuiu para redução da taxa de informalidade. O rendimento médio e a massa de rendimentos real também avançaram comparativamente ao trimestre encerrado em março, em 1,4% e 2,4%, respectivamente.

Força de trabalho, população ocupada e taxa de desocupação - var. mensal % dessaz



Fonte: IBGE. SPE/MF

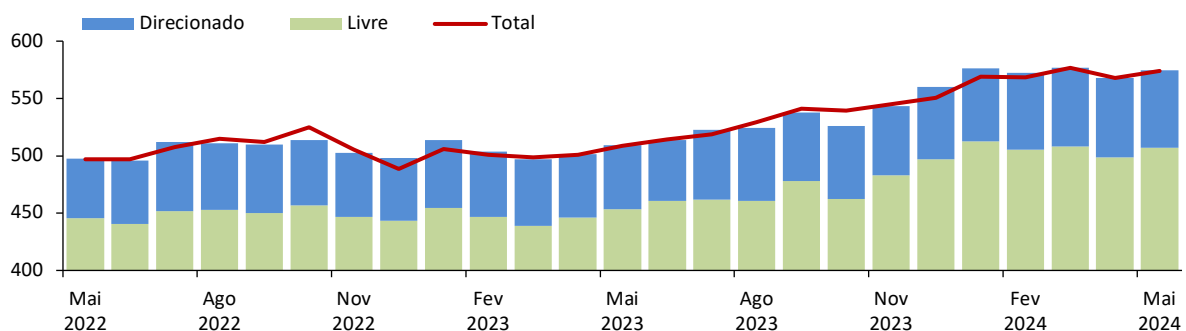
Rendimento médio e massa real habitual - var. mensal % dessaz



Fonte: IBGE. SPE/MF

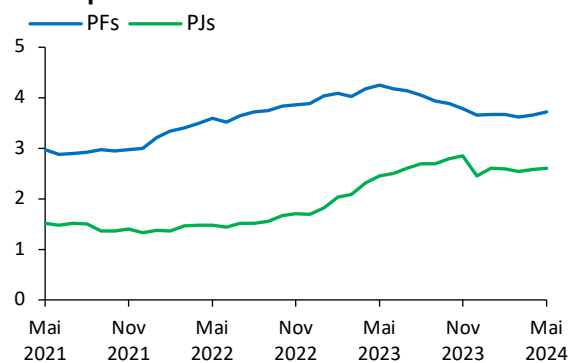
As concessões de crédito se mantiveram praticamente constantes de março a maio. Na comparação des-sazonalizada, apenas as concessões de crédito livre a pessoas físicas avançaram entre esses meses. Nas demais modalidades, houve leve recuo no ritmo nominal das concessões. No período, as taxas de juros permaneceram praticamente estáveis, após meses em declínio, enquanto as taxas de inadimplência registraram uma pequena elevação. No entanto, a expectativa é que nos próximos meses a inadimplência volte a cair, especialmente para pessoas jurídicas, repercutindo a implementação de programa de renegociação de dívidas direcionado para esse público. No mercado de capitais, o volume de emissões de debêntures até maio de 2024, a preços constantes, seguiu em forte ascensão, muito acima do patamar observado em anos anteriores. Os *spreads* para colocação desses títulos, em vencimentos distintos, seguiu em declínio.

Concessões de crédito - dessaz.



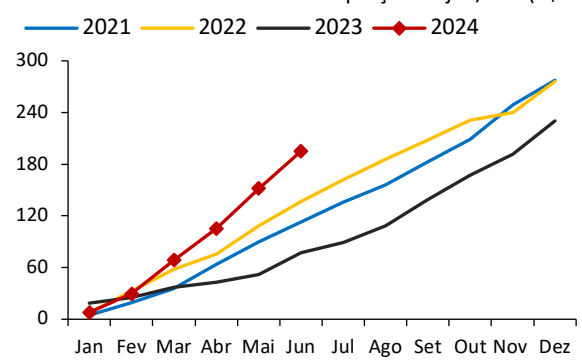
Fonte: SGS/BCB

Inadimplência - %



Fonte: BCB

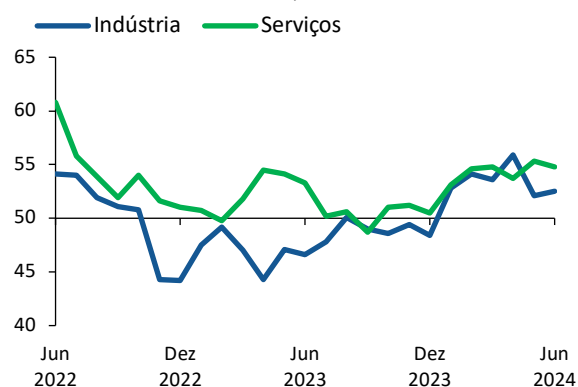
Emissões de debêntures - a preços de jan/23 - (R\$ bi)



Fonte: Anbima, IBGE, SPE/MF

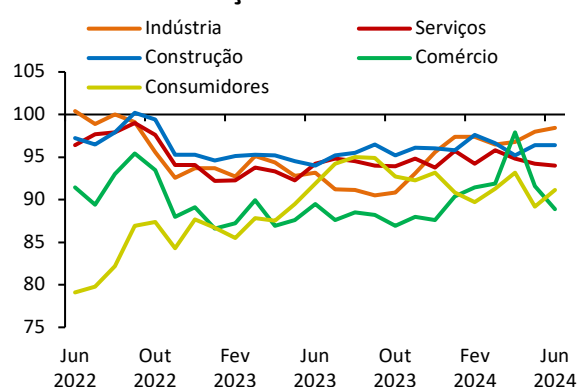
Para o 2T24, indicadores coincidentes apontam para desaceleração do ritmo de crescimento na margem. De março a junho, o PMI da indústria recuou de 53,6 para 52,5, sugerindo menor ritmo de expansão desse setor. Queda mais significativa foi verificada de abril a maio (de 55,9 para 52,10), quando enchentes afetaram de maneira mais significativa a capacidade produtiva da indústria do RS. O PMI de serviços, que estava em 54,8 em março, permaneceu nesse patamar em junho, indicando manutenção do ritmo de expansão no setor. As sondagens de confiança mostram sinais mistos de março a junho. Enquanto a confiança da indústria avançou para patamar próximo a 100, refletindo menor pessimismo com relação às condições atuais e esperadas, a confiança no comércio e nos serviços voltou a cair. A confiança do consumidor em junho registrou patamar similar ao de março.

PMI Brasil - número índice, dessaz.



Fonte: Bloomberg

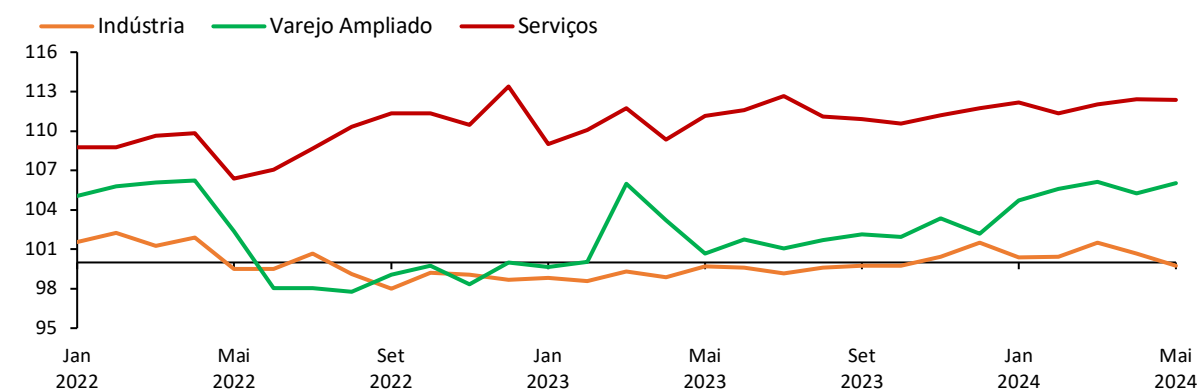
Índices de Confiança - dessaz.



Fonte: IBGE/FGV

Os resultados de pesquisas do IBGE já conhecidos até o momento para o 2T24 também evidenciam desaceleração da atividade, impactada pelas enchentes no RS. A produção industrial recuou 0,5% em abril e 0,9% em maio, deixando carregamento estatístico de -0,7% para o segundo trimestre. Em abril, a queda na produção extrativa impulsionou o recuo na indústria, enquanto o resultado de maio refletiu, em parte, as paralisações em ramos da indústria de transformação no RS. A produção de insumos típicos para construção civil também recuou em maio, após registrar alta expressiva em abril. As vendas no varejo restrito mostraram expansão em abril e maio, mas no conceito ampliado foram afetadas pelo pior desempenho do comércio no atacarejo, em abril, e pela queda nas vendas de veículos e materiais de construção, em maio. Para o volume de serviços, houve desaceleração na margem tanto em abril como em maio. Enquanto o resultado de abril repercutiu o recuo na demanda por serviços técnicos-profissionais, após expansão relacionada ao pagamento de precatórios, em maio o resultado foi influenciado pelo recuo em serviços de TIC e de transportes, refletindo parcialmente o impacto das chuvas no RS. Prospectivamente, o esforço de reconstrução do estado deverá favorecer nova aceleração da atividade.

Indicadores coincidentes - média 2021 = 100, dessaz.



Fonte: IBGE

Projeção para o crescimento no curto prazo

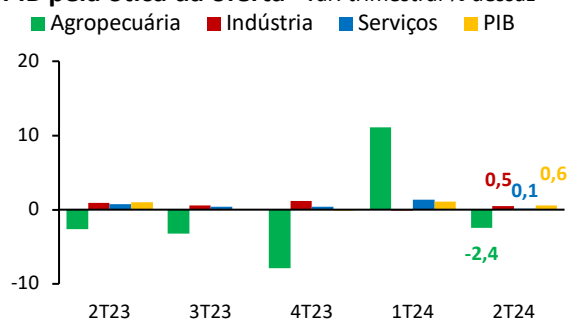
Para o 2T24, a expectativa é de desaceleração moderada no ritmo de atividade, para 0,6% na margem. A calamidade no RS em maio explica parcialmente a desaceleração no crescimento no trimestre, afetando principalmente as estimativas para o PIB da agropecuária, da indústria de transformação, do comércio e de outras atividades de serviços. A previsão de redução na produção extrativa no trimestre também contribui para a estimativa de menor crescimento na margem. Apesar disso, a atividade seguiu impulsionada pela redução no desemprego e expansão da massa real de rendimentos, fatores que sustentaram a expansão das vendas em categorias sensíveis à renda e dos serviços prestados às famílias. A previsão de expansão na produção de bens de capitais no trimestre também pesou positivamente nessa variação. O crescimento de 0,6% na margem equivale à expansão interanual de 1,9% e à alta de 2,1% no acumulado em quatro trimestres.

Para o setor agropecuário, a expectativa é de recuo de 2,4% no 2T24. Após forte crescimento na margem no 1T24, a atividade no setor primário deverá recuar no 2T24 principalmente como reflexo do fim da temporada de colheita da soja e dos impactos das inundações no RS. A pecuária também deverá contribuir menos para o crescimento desse setor no 2T24. Em contrapartida, destacam-se as revisões para cima nas estimativas de safra para o café, cultura relevante para o desempenho da atividade no trimestre. Na comparação interanual, o PIB agropecuário deverá recuar 3,0% no 2T24, semelhante ao recuo registrado no 1T24.

O crescimento esperado para a indústria no 2T24 é de 0,5%. Na margem, esse setor deverá mostrar aceleração no ritmo de atividade mesmo após o incidente no RS, explicada majoritariamente pelo melhor desempenho esperado para a indústria de transformação, sobretudo no que diz respeito à produção de bens de capital e bens de consumo semi e não duráveis. Para a construção, a expectativa também é de maior crescimento na margem, impulsionado pela expansão das contratações nesse ramo de atividade. A indústria extrativa, no entanto, deve colaborar negativamente para o desempenho do setor industrial no trimestre, repercutindo principalmente a queda na produção de petróleo e gás em abril. A alta interanual projetada para o PIB da indústria no 2T24 é de 2,3%, ante expansão de 2,8% no trimestre anterior.

Para o PIB de serviços, projeta-se crescimento de 0,1% na margem. Nesse setor, a expectativa é de desaceleração no ritmo de expansão de atividades mais sensíveis ao ciclo, como outras atividades de serviços e comércio. Além do incidente no RS, essas atividades tendem a ser impactadas também pelo fim da temporada de colheita das principais culturas agrícolas e pela desaceleração nas concessões de crédito. Serviços menos sensíveis ao ciclo devem contrabalancear parcialmente esse movimento, com destaque para o maior crescimento projetado na margem para serviços prestados pela administração pública. Na comparação interanual, a expectativa é de desaceleração de 3,0% no 1T24 para 2,3% no 2T24.

PIB pela ótica da oferta - var. trimestral % dessa



	% interanual		% acumulada 4T	
	1T24	2T24	1T24	2T24
PIB	2,5	1,9	2,5	2,1
Agropecuária	-3,0	-3,0	6,4	0,0
Indústria	2,8	2,3	1,9	2,2
Serviços	3,0	2,3	2,3	2,2

Perspectivas para a atividade nos próximos anos

A estimativa de crescimento do PIB para 2024 manteve-se estável em 2,5%. Os impactos negativos da calamidade no RS no PIB do 2T24 devem ser compensados por medidas de suporte a famílias e empresas, de acordo com estimativas apresentadas no boxe *“Impacto da calamidade do Rio Grande do Sul no PIB de 2024”*. Apesar da projeção de crescimento para o ano ter permanecido estável desde maio, houve mudanças entre setores produtivos, refletindo as perspectivas de crescimento no 2T24 e as estimativas de impacto por atividade no RS. O vigor das vendas no varejo e a demanda crescente por serviços prestados às famílias, repercutindo a geração de novos postos de trabalho, o avanço da massa de rendimentos e as condições menos restritivas de crédito, seguem como os principais vetores de crescimento em 2024, acompanhados pela recuperação dos investimentos em função da expansão na absorção de bens de capital projetada para o ano.

Para o PIB do setor agropecuário, a queda esperada passou a ser de 2,5% em 2024, ante expectativa de queda de 1,4% no Boletim de maio. Embora a safra projetada para 2024 se mantenha em nível historicamente elevado, apenas inferior ao recorde de 2023, as últimas estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e os impactos das inundações no RS têm sinalizado um cenário menos positivo para o setor em 2024. De março a junho, além da menor produção esperada para as culturas de verão, como soja e milho, também foram reduzidas as perspectivas de colheita para o trigo.

Para o PIB da indústria, a projeção subiu de 2,4% no Boletim de maio para 2,6%. A revisão reflete, sobretudo, maiores estimativas para o crescimento da indústria de transformação e da construção, beneficiadas pelas políticas de estímulo ao investimento produtivo, por medidas de incentivo à reconstrução do RS e pela expansão dos recursos voltados ao financiamento de moradias populares. O avanço projetado para essas atividades em 2024 deve ser contrabalanceado pela desaceleração do crescimento extrativo e da produção de eletricidade e gás comparativamente à 2023.

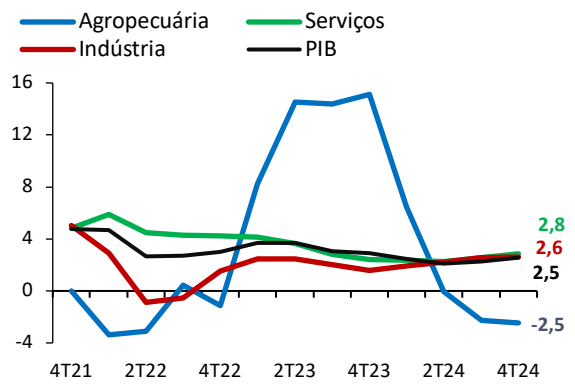
A alta projetada para o setor de serviços em 2024 passou de 2,7% no Boletim de maio, para 2,8%. A alteração pontual reflete principalmente revisões na perspectiva de crescimento para esse setor no 2T24, além da forte expansão observada no 1T24. Atividades ligadas ao consumo das famílias, tais como o comércio e outras atividades de serviços, devem ser destaques para expansão dos serviços no ano, refletindo o bom desempenho do mercado de trabalho e as condições menos restritivas do crédito, além das medidas de apoio às famílias no RS.

Para o PIB nominal de 2024, a projeção é de alta de 6,1%. Essa variação reflete crescimento real de 2,5% e deflator implícito de 3,5%. Em termos nominais, o PIB deve atingir R\$ 11,5 trilhões. Para o PIB *per capita*, a previsão é de crescimento de 1,9% em 2024.

A projeção de crescimento para 2025 caiu de 2,8% para 2,6%, mas seguiu próxima a 2,5% para os anos posteriores. A estimativa de crescimento para o PIB de 2025 foi revisada de 2,8% para 2,6%, repercutindo a pausa no corte de juros pelo Banco Central em 2024, conforme apontado pelas expectativas de mercado. Apesar da menor contribuição vinda da política monetária, efeitos de encadeamento derivados de um crescimento inclusivo e guiado pela expansão dos investimentos e da indústria em 2024 devem contribuir positivamente para a atividade em 2025, mitigando em parte os impactos dos juros. No ano, além disso, a expectativa é que o setor externo volte a contribuir de maneira positiva para o crescimento, refletindo ampliação de mercados com a transformação ecológica. Para os anos seguintes, o crescimento esperado segue próximo a 2,5%, podendo inclusive surpreender positivamente como reflexo dos efeitos da reforma tributária e da maior produção e exportação de petróleo sobre a atividade potencial.

Projeções de crescimento do PIB (% a.a.)		
	Maio/24	Julho/24
2024	2,5	2,5
2025	2,8	2,6
2026	2,5	2,6
2027	2,6	2,6
2028	2,5	2,5

PIB pela ótica da oferta - var. % a.a.

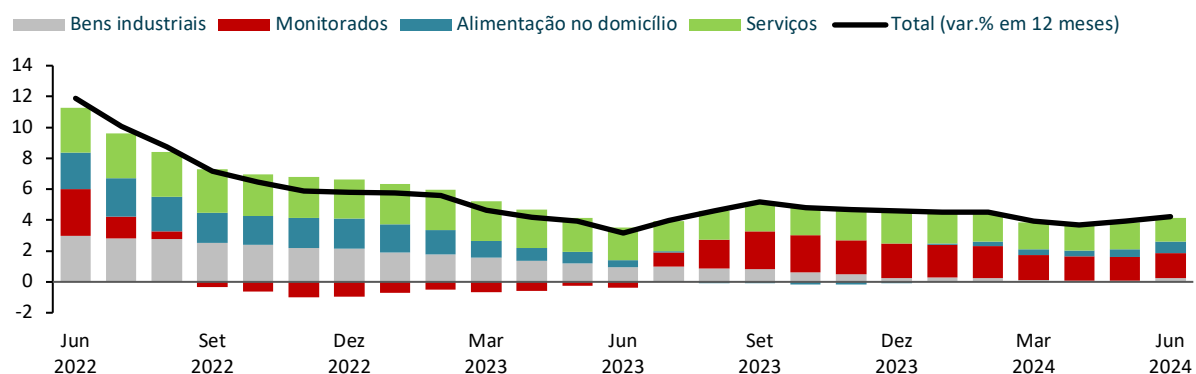


Fonte: IBGE e SPE

Cenário para inflação

De abril a junho, a variação acumulada em doze meses do IPCA subiu, repercutindo principalmente a aceleração de preços livres. A inflação medida pelo IPCA avançou de 3,69% em abril para 4,23% em junho, influenciada principalmente pela aceleração nos preços livres, de 2,82% para 3,50%. Dentre os preços livres, destaque para o aumento da inflação de alimentação no domicílio, influenciada pelas enchentes no RS, e de bens industriais. No período, a inflação acumulada em doze meses de serviços recuou, enquanto a de itens monitorados avançou marginalmente.

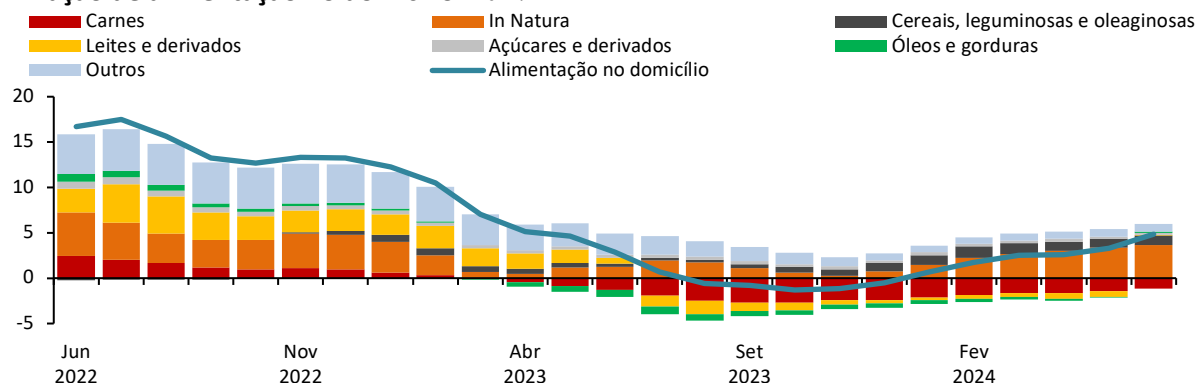
Contribuição por categoria para o IPCA - em p.p.



Fonte: IBGE, BCB

A inflação acumulada em doze meses de alimentação no domicílio avançou de 2,59% em abril para 4,88% em junho. Nesse período, a alta foi explicada principalmente pela aceleração nos preços de leite e derivados e de alimentos *in natura*, com destaque para a alta na inflação da batata-inglesa. A menor deflação em carnes, a reversão na tendência de queda nos preços do arroz e a aceleração nos preços de óleos e gorduras também explicam parcela do avanço. As altas expressivas no preço do leite, do arroz, da batata-inglesa e de derivados de soja podem ser parcialmente atribuídas ao incidente no RS.

Inflação de alimentação no domicílio - var. % 12m



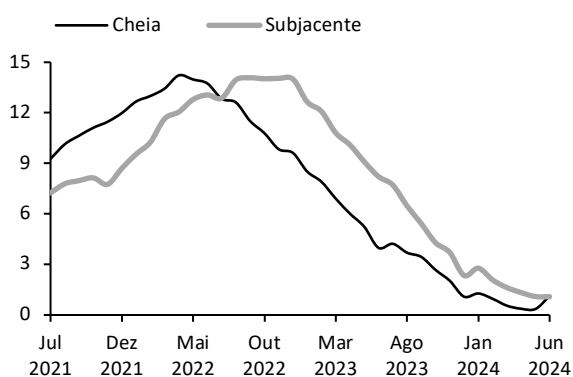
Fonte: IBGE

Nesse período, também foi verificada alta relevante na inflação de bens industriais, de 0,37% para 1,13%. Essa dinâmica já era esperada devido à saída da deflação de bens industriais em junho de 2023 da base de cálculo. Por esse motivo, destacam-se o avanço na inflação de etanol, de automóveis novos e usados, de eletroeletrônicos e de produtos de higiene pessoal. Vale notar, no entanto, que a inflação

de bens industriais subjacentes recuou no período, passando de 1,33% para 1,09% no acumulado em doze meses.

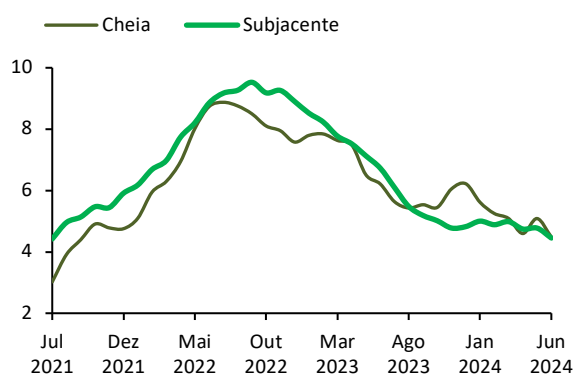
Os preços de serviços desaceleraram de 4,60% para 4,48% no acumulado em doze meses, em contrapartida à alta na inflação de alimentos e bens industriais. A desaceleração repercutiu o comportamento das taxas de inflação de aluguel, condomínio e conserto de automóvel, que recuaram no período como reflexo da saída dos altos reajustes praticados para esses itens em junho de 2023 da base de cálculo. Outros serviços classificados como pouco voláteis, como alimentação fora do domicílio, seguro voluntário de veículo e cinema, teatro e concertos também apresentaram desinflação de abril a junho, explicando o recuo da inflação de serviços subjacentes, de 4,74% em abril para 4,45% em junho.

Inflação de bens industriais - var. % 12m



Fonte: IBGE, BCB

Inflação de serviços - var. % 12m



Fonte: IBGE, BCB

A inflação de monitorados avançou de 6,26% em abril para 6,38% em junho. A alta está relacionada à aceleração nos preços da gasolina durante o período, de 6,43% para 10,32%, principalmente pela saída da deflação observada para o combustível em maio e junho de 2023 da base de cálculo. Em contrapartida, houve recuo na inflação de emplacamento e licença, jogos de azar, energia elétrica, taxa de água e esgoto, ônibus urbano e plano de saúde, em repercussão aos menores reajustes autorizados para essas tarifas em 2024.

O processo de desinflação deverá voltar a ocorrer a partir de agosto de 2024, após interrupções desde março. Esse cenário já considera os reajustes nos preços da gasolina e GLP às distribuidoras a partir da segunda semana de julho. Também considera o acionamento de bandeira amarela nas tarifas de energia elétrica de julho até outubro. A desinflação projetada reflete principalmente a expectativa de desaceleração nos preços de itens monitorados a partir de agosto, relacionada à saída dos efeitos de reoneração da gasolina da base de cálculo e aos menores reajustes já autorizados para emplacamento e licença, energia elétrica e plano de saúde. Para os preços livres, a expectativa é de modesta aceleração até o final do ano em função das altas esperadas para os preços de alimentos e bens industriais no acumulado em doze meses.

Com base nesse cenário, a projeção para o IPCA de 2024 foi revisada de 3,70%, no Boletim de maio, para 3,90%. Essa estimativa já leva em consideração os impactos do câmbio mais depreciado e da calamidade no RS nos preços, além dos reajustes recentes anunciados para os preços da gasolina e GLP. Para a média das cinco principais métricas de núcleo, a previsão foi revisada de 3,40% para 3,70%.

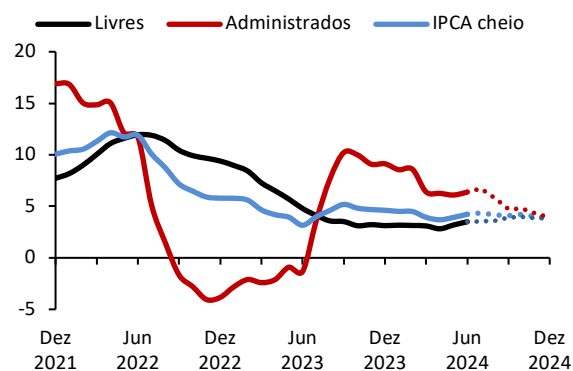
Em 2025, o processo de desinflação deverá continuar, com desaceleração dos preços livres e monitorados. No ano, a previsão de inflação foi revisada de 3,20% para 3,30% afim de incorporar a expectativa de maior cotação do dólar.

Para os anos seguintes, a expectativa é de convergência da inflação para a meta de 3,0%. Nesse sentido, vale notar o papel da nova sistemática de meta de inflação, que passa a permitir ancoragem das expectativas também no longo prazo ao estabelecer meta contínua, de 3,0% no acumulado em

doze meses, para a inflação. Além disso, com a nova sistemática, a verificação do cumprimento da meta passa a ocorrer mês a mês e não apenas no ano calendário. Essa mudança retira sazonalidade das decisões de política monetária e reduz incentivos a distorções tributárias praticadas no passado para reduzir os preços de maneira artificial. É positiva ainda por estabelecer que a autoridade monetária comunique as ações a serem adotadas para conter o processo inflacionário sempre que a inflação se desviar do intervalo de tolerância por seis meses consecutivos, e não apenas após descumprimento da meta em dezembro. Com a adoção da nova sistemática para a meta de inflação, o compromisso com a manutenção da inflação em 3,0% se fortalece ainda mais.

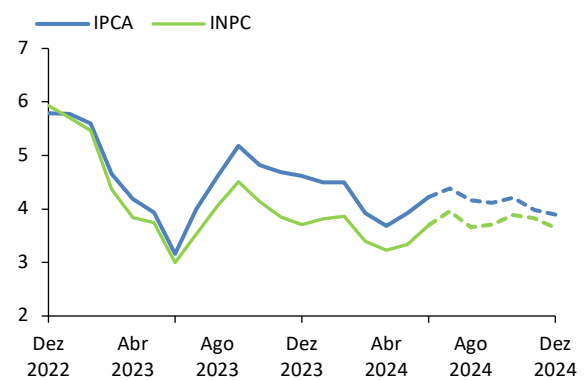
Para o INPC, a expectativa é de variação acumulada em doze meses de 3,65% em 2024, ante estimativa de alta de 3,50% no Boletim de maio. Assim como ocorreu em 2023, espera-se inflação menor para classes de renda inferiores comparativamente ao IPCA.

IPCA, livres e administrados - var. % 12m



Fonte: IBGE, BCB, SPE/MF

IPCA e INPC - var.% 12m



Fonte: IBGE. Previsão a partir de maio.

A previsão para a inflação medida pelo IGP-DI de 2024 subiu de 3,50% para 3,60%. Variações expressivas foram registradas para o IGP-DI em maio e junho, repercutindo principalmente a aceleração dos preços no atacado. Em maio, a alta na inflação de minério de ferro explicou majoritariamente o avanço, enquanto em junho, pesou a aceleração nos preços de produtos agropecuários (com destaque para batata, milho e arroz), repercutindo em grande parcela o incidente no RS. Em função desses resultados, a inflação medida pelo IGP-DI acelerou de -2,32% em abril para 2,88% em junho. Até agosto, a expectativa é de alta na inflação apontada por esse índice, refletindo a saída de fortes deflações registradas até meados de 2023 da base de cálculo. Em seguida, deverá haver desaceleração gradual até 3,60% em dezembro.

Indicadores Macrofiscais e Projeções do Sistema PRISMA Fiscal

Expectativas para 2024

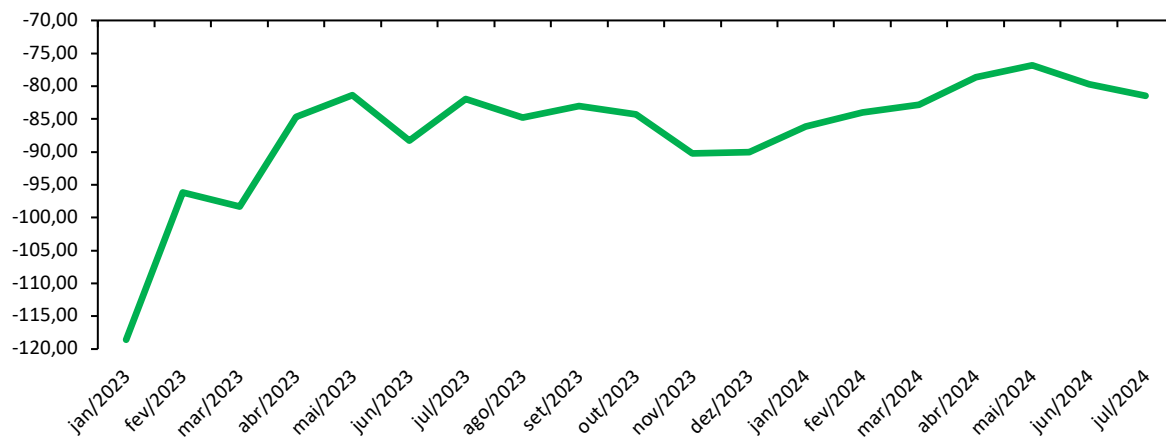
O primeiro semestre do ano de 2024 foi marcado por eventos naturais e econômicos que influenciaram as expectativas de mercado em torno do cenário fiscal do País, tanto para o ano corrente quanto para os três próximos anos. Um desses eventos, as enchentes no Rio Grande do Sul entre o final do mês de abril e início de maio – considerada a maior catástrofe climática da história do país – levaram o governo federal a destinar emergencialmente recursos para a reconstrução do estado. Medidas Provisórias foram publicadas para abrir créditos extraordinários direcionados para diferentes ações. Algumas das medidas anunciadas possuem impacto primário e, portanto, podem comprometer as estimativas dos agentes no que se refere ao aumento das despesas, ao comportamento do resultado primário e da dívida pública. Vale lembrar, no entanto, que de acordo com o Decreto Legislativo número 36, as despesas e renúncias de receita associadas ao estado de calamidade não são computadas para fins de apuração da meta de resultado primário. O cenário externo também se mostrou mais desafiador, levando a uma pressão na taxa de juros internacional de referência e a uma desvalorização relevante das moedas das economias emergentes, com efeitos sobre toda a economia mundial.

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2024 prevê déficit primário de R\$ 27,5 bilhões em 2024. Diante dos acontecimentos conjunturais adversos, é importante analisar como se comportaram as projeções das instituições participantes do PRISMA Fiscal nos últimos meses e como foram incorporadas suas expectativas em torno das variáveis fiscais.

Há melhora nas projeções de mercado para o resultado primário do ano corrente desde o início de 2024, embora tenha havido pequeno aumento na expectativa de déficit primário nos últimos dois meses, dados os eventos recentes. As projeções enviadas para as principais variáveis fiscais têm demonstrado tendência de redução da mediana da projeção de déficit primário para o presente ano, quando se analisa a série histórica por um período mais longo.

Segundo as estimativas encaminhadas no último Relatório Mensal do mês de julho do Prisma Fiscal, o déficit previsto pelas instituições de mercado é de R\$ 81,42 bilhões, o que corresponde a 0,71% do PIB, também estimado pelas instituições. Comparativamente às estimativas coletadas em maio de 2024, houve aumento de R\$ 4,6 bilhões no déficit projetado para o ano, com correspondente incremento de 0,04 p.p. do PIB. Em relação ao início da série em janeiro de 2023, no entanto, o déficit projetado para o ano corrente tem mostrado tendência de redução, já que se previa naquele momento um déficit para 2024 em torno de R\$120 bilhões (ou seja, uma queda de cerca de R\$ 38 bilhões).

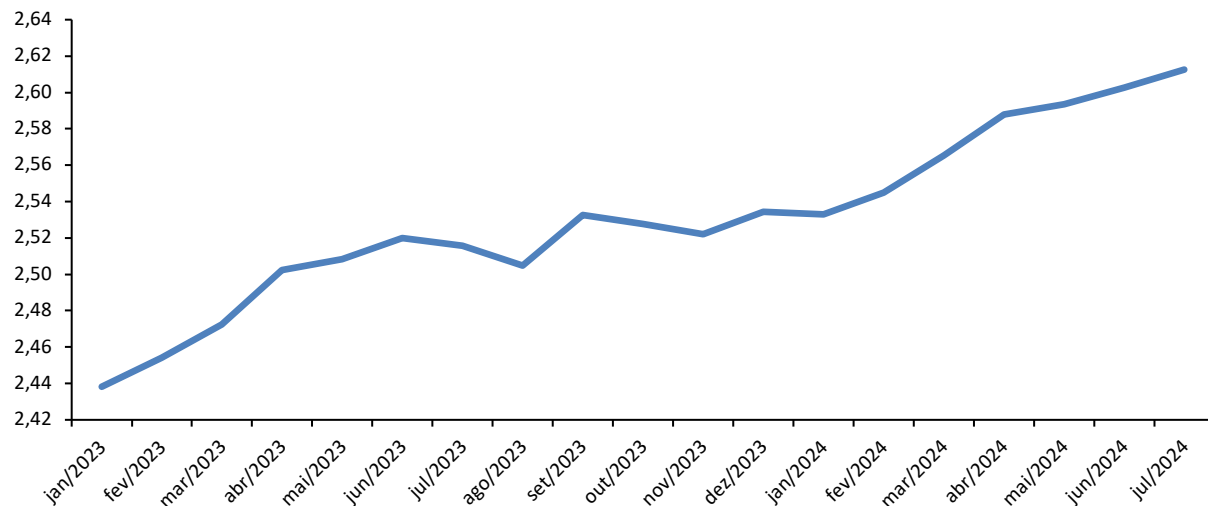
Resultado Primário (Projeções para 2024) - R\$ Bilhões



Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

As expectativas para a arrecadação das receitas federais têm mostrado trajetória ascendente, desde o início da série e também nos últimos meses. Ao analisar o comportamento das projeções da variável **Arrecadação das Receitas Federais** encaminhadas pelas instituições participantes do Sistema PRISMA Fiscal, realizadas mensalmente desde janeiro de 2023 até o último mês de coleta (julho/2024) para o ano de 2024, nota-se **trajetória ascendente ao longo do período**. No início da série, em janeiro de 2023, esperava-se para 2024 arrecadação de R\$ 2,43 trilhões. Na última coleta, em julho de 2024, a mediana das projeções dessa variável para o ano foi de R\$ 2,61 trilhões, configurando aumento de R\$ 174,36 bilhões na estimativa de arrecadação das receitas federais em 2024 no período. No que se refere ao período **janeiro-julho de 2024**, as instituições revisaram para cima suas projeções de arrecadação federal, na mediana, em R\$ 79,66 bilhões. Apenas nos últimos dois meses, entre maio e julho, houve aumento de 19,1 bilhões na projeção mediana para 2024.

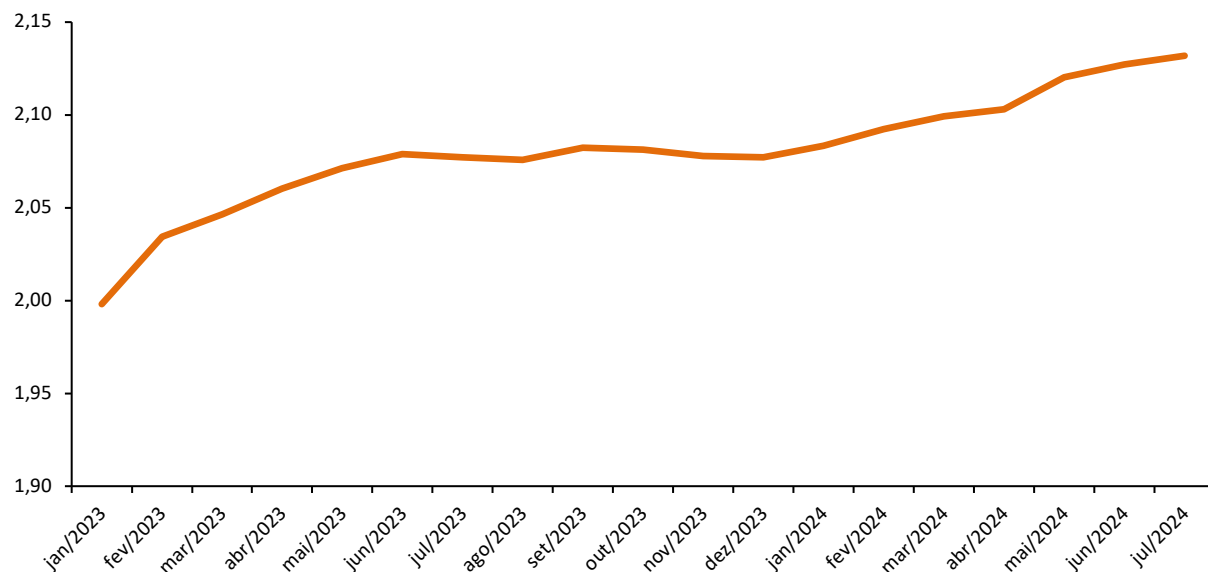
Arrecadação das Receitas Federais (Projeções para 2024) - R\$ Trilhões



Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

A mediana das projeções de receita líquida do Governo Central para 2024 tem sido sucessivamente revisada para cima. Em janeiro de 2023, a expectativa de arrecadação líquida do Governo Central era de R\$ 2,00 trilhões, enquanto, em julho de 2024, foi de R\$ 2,13 trilhões, representando aumento de R\$ 133,80 bilhões (6,70%). Quando se compara com janeiro de 2024, a alta foi de quase R\$ 48,4 bilhões, e, nos últimos dois meses, de maio a julho, de R\$ 11,6 bilhões.

Receita Líquida do Governo Central (Projeções para 2024) - R\$ Trilhões



Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

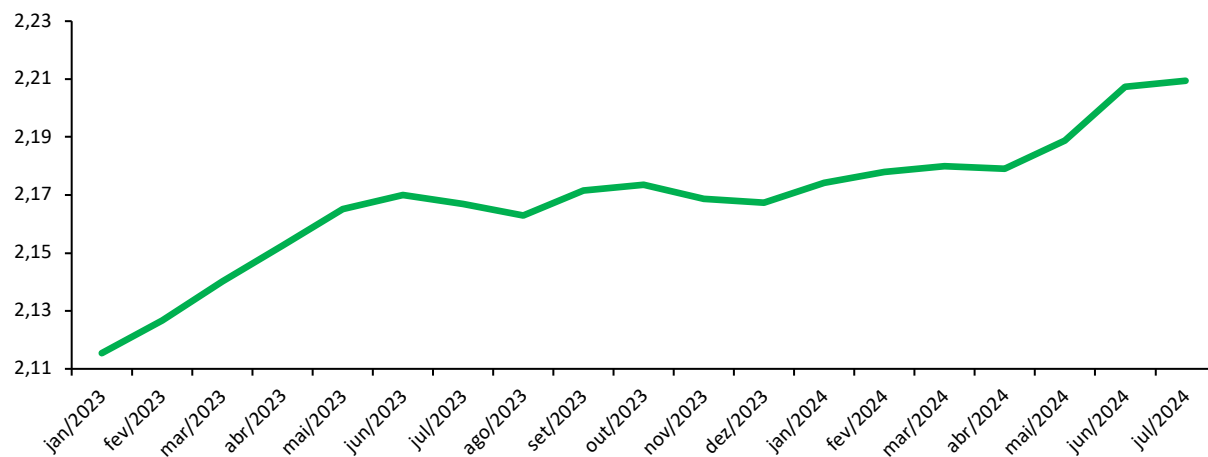
Pode-se inferir que um dos fatores que tem contribuído para a melhora nas expectativas do Resultado Primário de 2024 desde o ano de 2023 é o recorrente comportamento positivo observado na Arrecadação das Receitas Federais nos últimos meses, inclusive por conta das surpresas positivas no crescimento do PIB.

O último Relatório da Arrecadação das Receitas Federais (maio/2024) mostrou, mais uma vez, que se trata do melhor desempenho arrecadatório desde 2000, tanto para o mês de maio (acréscimo real de 10,46% em relação ao mês de maio de 2023) quanto para o período acumulado (janeiro a maio de 2024, com um acréscimo real de 8,72%). Segundo a Receita Federal do Brasil, esse acréscimo observado no período possui diferentes explicações: o comportamento das variáveis macroeconômicas, a volta da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, a tributação dos fundos exclusivos e pela atualização de bens e direitos no exterior.

Do lado das despesas, há expectativa por parte das instituições de mercado de elevação dos gastos do Governo Central, embora em magnitude inferior ao aumento das projeções de crescimento das receitas entre janeiro e julho do corrente ano. Na série histórica iniciada em janeiro de 2023, nota-se que a projeção de Despesa Total anteriormente estimada em R\$ 2,12 trilhões para 2024 (projeção de janeiro/2023) é ampliada para R\$ 2,21 trilhões (estimativa de julho/2024), o que configura aumento de R\$ 94,02 bilhões na mediana das estimativas no período. Ainda assim, observa-se que as projeções de arrecadação aumentaram em maior magnitude do que a de despesa no período (projeções para receita líquida do Governo Central aumentaram em R\$ 133,8 bilhões).

Quando se consideram as coletas dos últimos sete meses deste ano, a projeção mediana da Despesa Total para 2024 foi de R\$ 2,17 trilhões em janeiro para R\$ 2,21 trilhões em julho, sinalizando aumento de R\$ 35,21 bilhões nas projeções. Considerando-se apenas os últimos dois meses, entre maio e julho, período que capta o evento climático no Rio Grande do Sul, as instituições revisaram para cima suas projeções de despesa total em R\$ 20,61 bilhões, montante menor que a revisão altista para a receita líquida (R\$ 11,60 bilhões). No entanto, no período entre janeiro e julho de 2024, a comparação com a revisão das projeções de receita líquida do Governo Central (R\$ 48,4 bilhões), mostra que, no acumulado do ano, o mercado espera que a elevação projetada para as receitas seja superior à das despesas.

Despesa Total (Projeções para 2024) - R\$ Trilhões



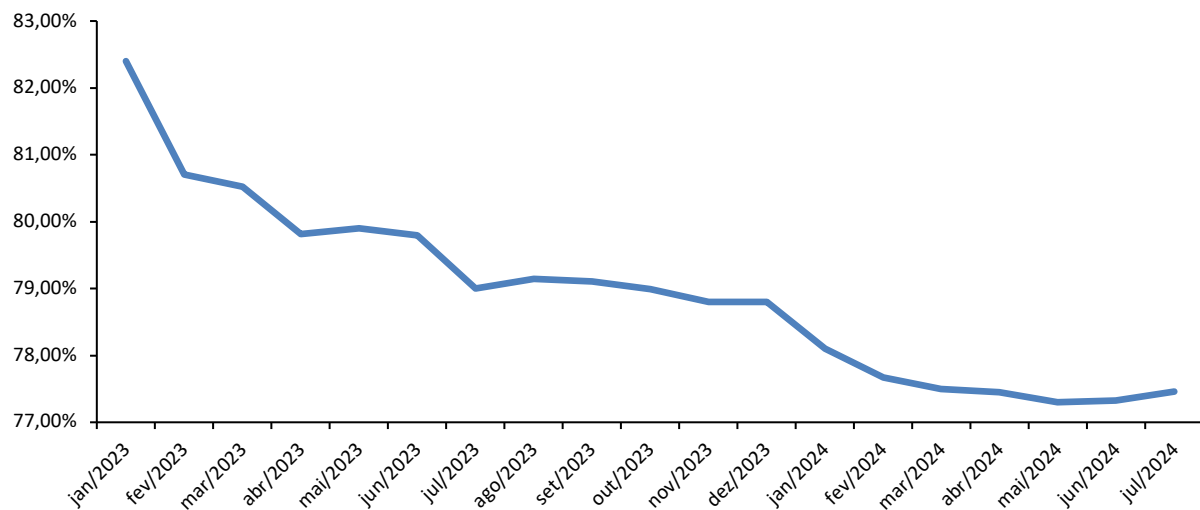
Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

Apesar da melhora na estimativa de Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao PIB - com consecutivas projeções de queda deste indicador desde o início de 2023 -, as instituições revisaram suas projeções marginalmente para cima, registrando piora nos meses de junho e julho. Em janeiro de 2023, a mediana das expectativas para DBGG de 2024 correspondia a 82,40% do PIB. A última coleta do mês de julho já prevê uma DBGG de 77,46%, representando uma queda de cerca de 5,0 p.p. nas projeções para o ano até o presente mês.

Um dos fatores que pode contribuir para essa relativa piora nas perspectivas desse indicador nos últimos dois meses é a incorporação dos impactos econômicos da tragédia no Rio Grande do Sul nas expectativas dos agentes. Além disso, a manutenção da taxa de juros na última reunião do COPOM também pode influenciar as estimativas sobre o endividamento.

A DBGG/PIB para 2024 divulgada pelo Banco Central ainda está em patamar inferior àquele previsto pelo mercado. Não obstante o leve aumento das previsões de mercado para a DBGG/PIB de 2024 nos últimos dois meses, é relevante frisar que, segundo as últimas estatísticas fiscais do Banco Central do Brasil – divulgadas em 28 de junho – para o ano de 2024, a Dívida Bruta do Governo Geral atingiu 76,8% do PIB, isto é, 0,66 p.p. abaixo do previsto pelo mercado para o ano fechado.

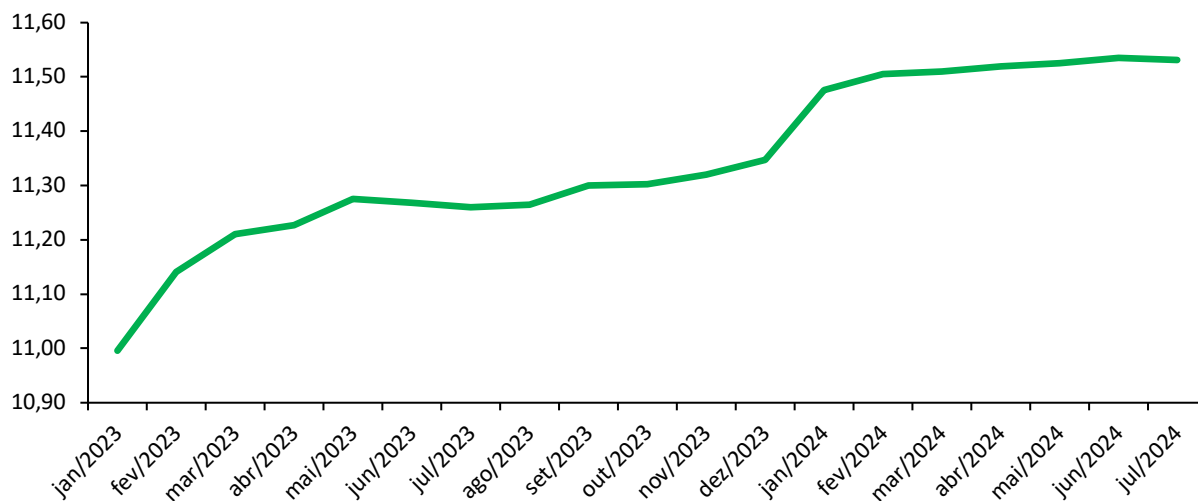
Dívida Bruta do Governo Geral (Projeções para 2024) - % PIB



Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

A expectativa para o PIB nominal de 2024 foi revisada para cima em relação ao que se previa para este indicador ao final de 2023. Quando se trata da expectativa de PIB Nominal, registra-se uma elevação dos valores estimados desde janeiro de 2023, quando se projetava um PIB de R\$ 11,00 trilhões para 2024. Na última coleta no mês de julho de 2024, esse montante sobe para R\$ 11,53 trilhões, exibindo variação positiva de 4,87%. Em dezembro de 2023, a projeção mediana do PIB nominal de 2024 era de R\$ 11,35 trilhões. Já em janeiro de 2024, registrou-se alta de 127,83 bilhões na projeção do PIB nominal relativamente ao mês anterior, que atingiu o patamar de R\$ 11,48 trilhões. De janeiro a junho, as projeções foram sendo marginalmente revisadas para cima, com pequena inflexão no mês de julho.

PIB Nominal (Projeções para 2024) - R\$ Trilhões

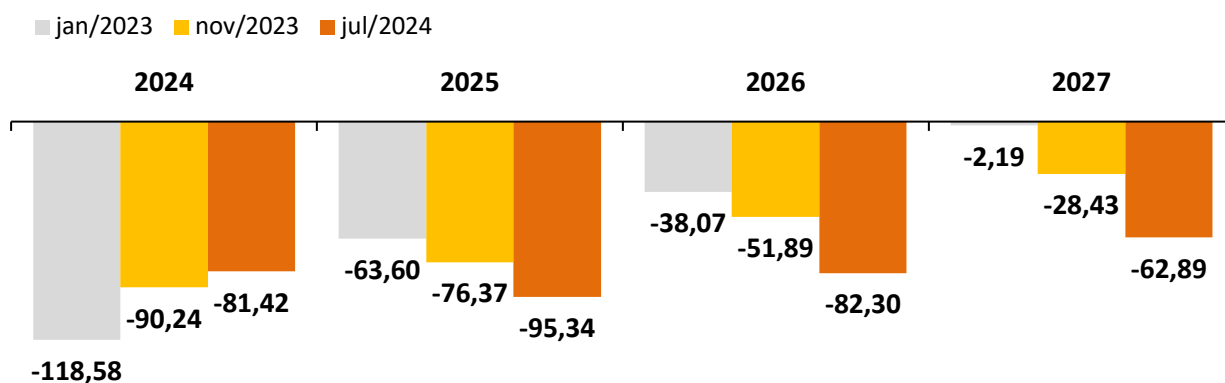


Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

Expectativas de médio prazo – 2024-2027

Entre janeiro de 2023 e julho de 2024, houve melhora nas expectativas de resultado primário para 2024 e piora para o período entre 2025 e 2027. A mediana das projeções encaminhadas em julho/24 é de déficit de R\$ 95,34 bilhões para 2025 (acréscimo de R\$ 31,75 bilhões em relação a janeiro/2023), de R\$ 82,29 para 2026 (incremento de R\$ 44,23 bilhões em relação a janeiro/2023) e de R\$ 62,89 bilhões para 2027 (aumento de R\$ 60,71 bilhões em relação a janeiro/2023). A comparação com as projeções captadas em novembro de 2023 também mostra piora nas estimativas para o resultado primário dos próximos anos. A alteração das metas de resultado primário para esses anos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 certamente influíram para essa revisão.

Resultado Primário 2024-2027 - Bilhões

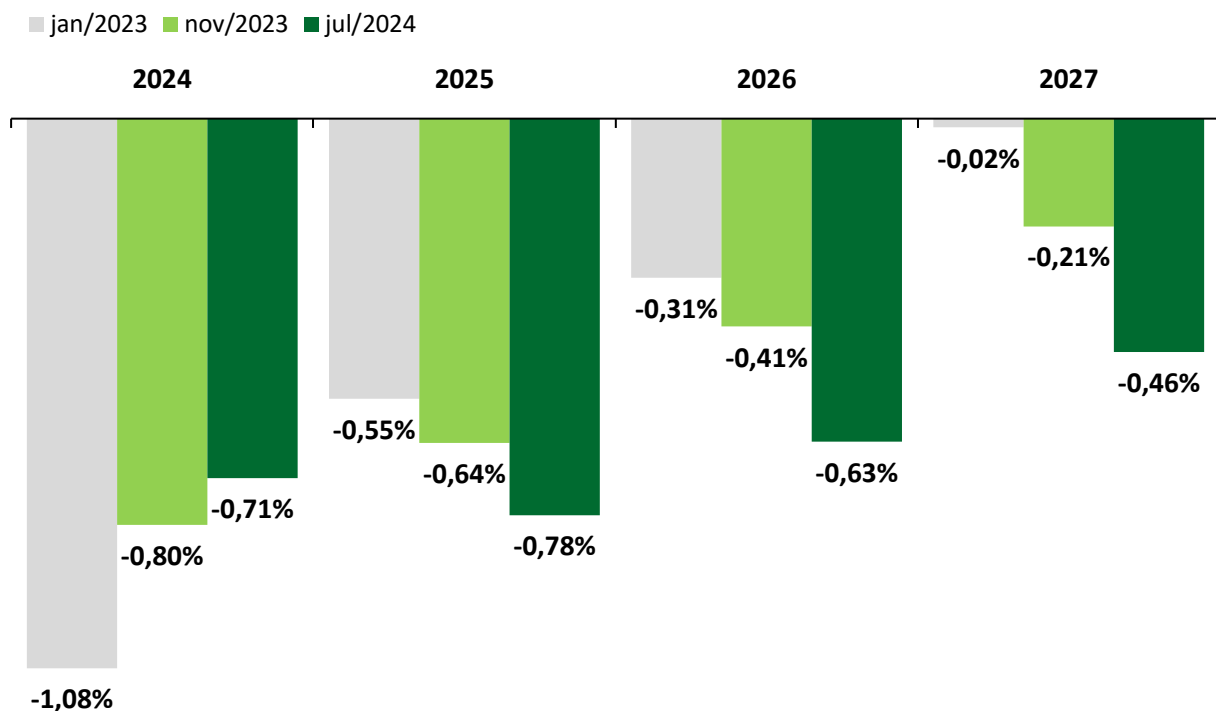


Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

Há expectativa de leve aumento do déficit primário em relação ao PIB para 2025 frente a 2024 e redução em 2026 e 2027. Quando se observa a relação entre resultado primário e PIB para os próximos anos, nota-se que, de acordo com as projeções encaminhadas na última coleta de julho/2024 (resultado primário e PIB nominal), há redução dessa relação a partir de 2026. No entanto, conforme as previsões das instituições participantes do PRISMA Fiscal, ainda não se vislumbra a expectativa de zerar o déficit no horizonte destacado. A projeção é de déficit primário de 0,71% do PIB para 2024, 0,78% em 2025, 0,63% em 2026 e 0,46% em 2027.

Para 2025, houve aumento de 0,23 p.p. na projeção de déficit primário do Governo Central em relação ao PIB quando comparado com a mediana das projeções registradas no mês de janeiro de 2023 (déficit de 0,55% PIB estimado em janeiro de 2023 para 0,78% PIB projetado em julho). Na comparação com o mesmo período, houve aumento de 0,32 p.p. na projeção de déficit para 2026 e 0,44 p.p. para 2027. Deste incremento, a maior parte corresponde à comparação entre as estimativas de novembro de 2023 e julho de 2024, período que capta a mudança nas metas para os próximos anos apresentado no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025.

Resultado Primário 2024-2027 - % PIB

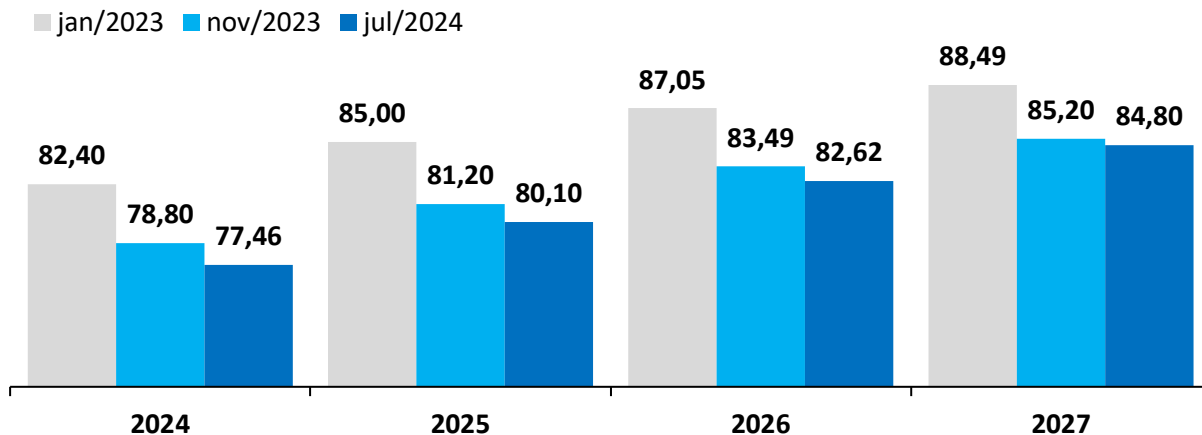


Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

As expectativas de endividamento em proporção do PIB para os próximos anos têm sido revisadas para baixo. O comportamento das projeções da DBGG/PIB para os próximos anos consolida a expectativa de melhores perspectivas em relação ao endividamento. De acordo com as estimativas encaminhadas, é possível notar queda da projeção mediana para a DBGG/PIB de 2025, 2026 e 2027, quando se comparam as projeções enviadas nas três coletas em análise.

As expectativas de mercado para a Dívida Bruta do Governo Geral em proporção do PIB de 2025, 2026 e 2027 apresentaram queda na coleta de julho em relação ao mês de janeiro de 2023 de 4,90 p.p., 4,43 p.p. e 3,69 p.p., respectivamente. A melhora na perspectiva de endividamento também se mantém quando se comparam as projeções da coleta de novembro de 2023 e julho de 2024.

Dívida Bruta do Governo Geral 2024-2027 - % do PIB

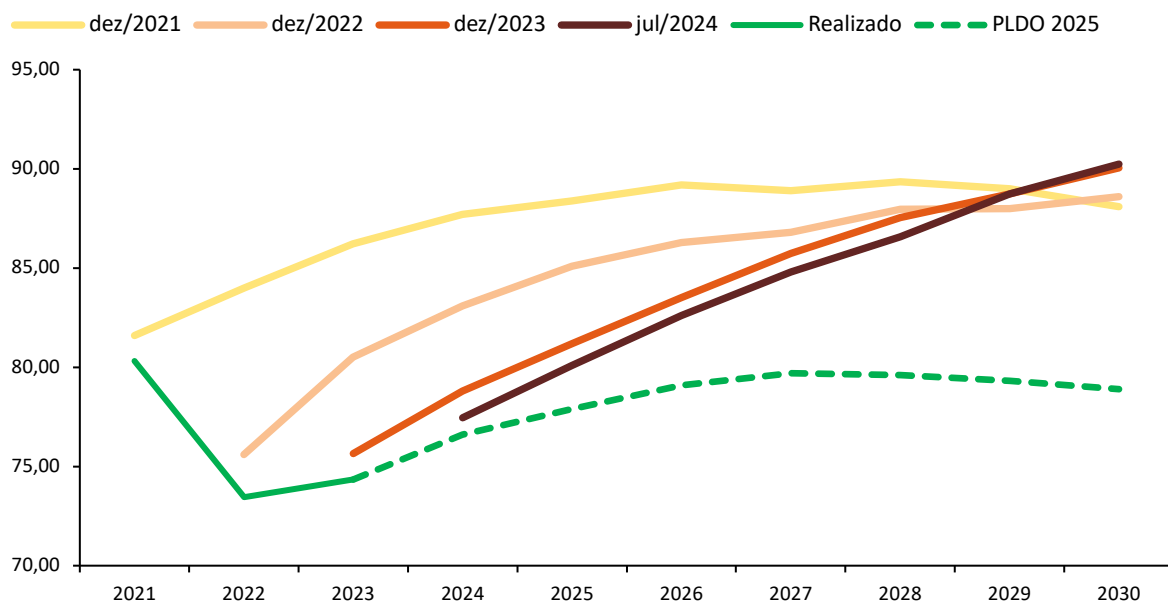


Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

Expectativas de longo prazo – 2024-2030

As expectativas quanto à DBGG têm superado sistematicamente os dados realizados nos últimos anos, mas têm apresentado deslocamento para baixo a cada ano. Considerando as projeções de DBGG de cada ano, desde 2021 a 2023, para o horizonte até 2030, observa-se que estão invariavelmente acima dos dados observados para o mesmo período. Os dados realizados são até 2023, e a partir de então são utilizadas as estimativas do Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025. Pode-se perceber, também, melhora nas perspectivas dos agentes desde 2021 para a trajetória da DBGG. No entanto, as últimas projeções encaminhadas em julho de 2024 apresentaram piora das expectativas para a DBGG/PIB em 2029 e em 2030, atingindo 90,24% do PIB nesse último ano, patamar superior àquele estimado em dezembro de 2023, quando o valor esperado era de 90,05% do PIB para o mesmo ano. Possivelmente, essa tendência de maior endividamento futuro estimado no último mês de coleta contempla as mudanças de perspectiva da política monetária e do resultado primário.

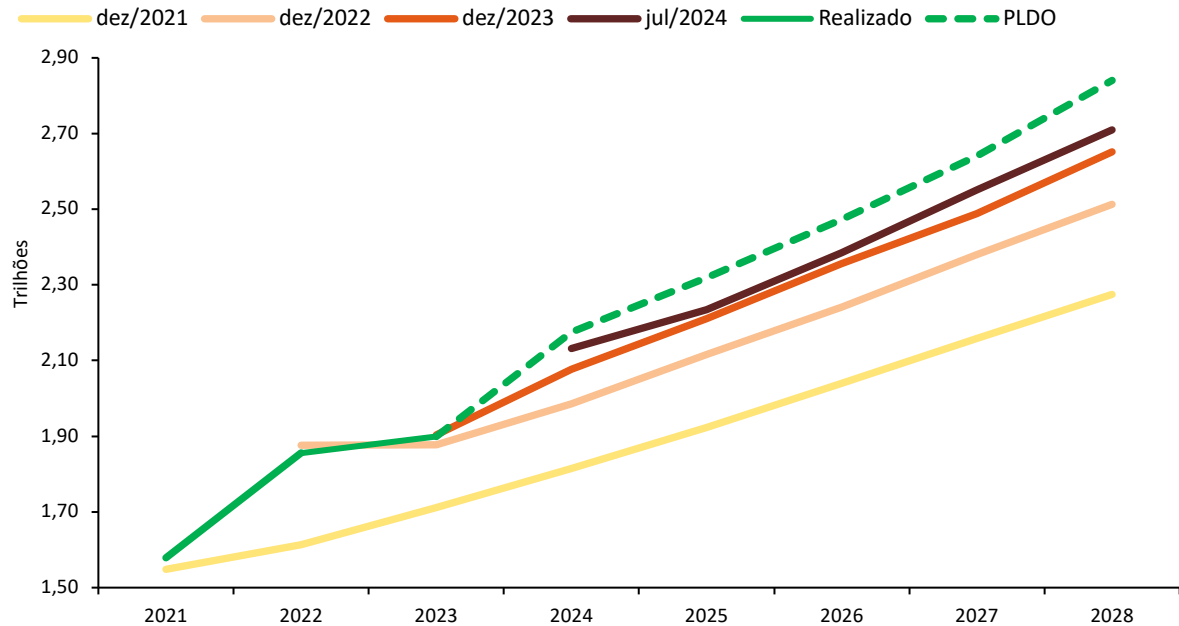
Dívida Bruta do Governo Geral 2024-2030 - % PIB



Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

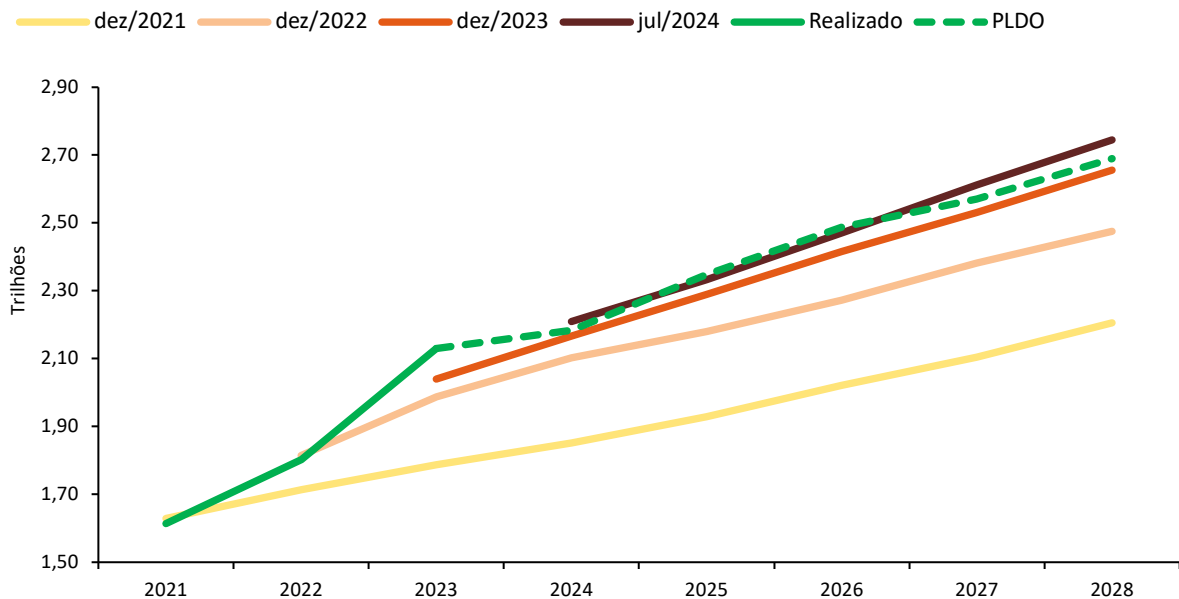
As projeções de longo prazo das instituições para a receita líquida do Governo Central têm se aproximado da receita prevista no PLDO. Observa-se que as projeções de longo prazo foram sendo sistematicamente revisadas para cima desde 2021, a partir do deslocamento da receita realizada para patamar superior. Em dezembro de 2023, já se projetava mudança de patamar em relação às projeções de 2022. Na última coleta, em julho de 2024, observa-se que as projeções até 2028 se aproximaram mais do que foi projetado no PLDO. Para as despesas, no entanto, observa-se comportamento diferente ao da receita líquida para as projeções de longo prazo, uma vez que as últimas estimativas de julho/24 apontam para um nível de despesa superior àquele previsto no PLDO 2025 a partir de 2026.

Receita Líquida do Governo Central 2024-2030 - R\$ Trilhões



Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

Despesa Total 2024-2030 - R\$ Trilhões

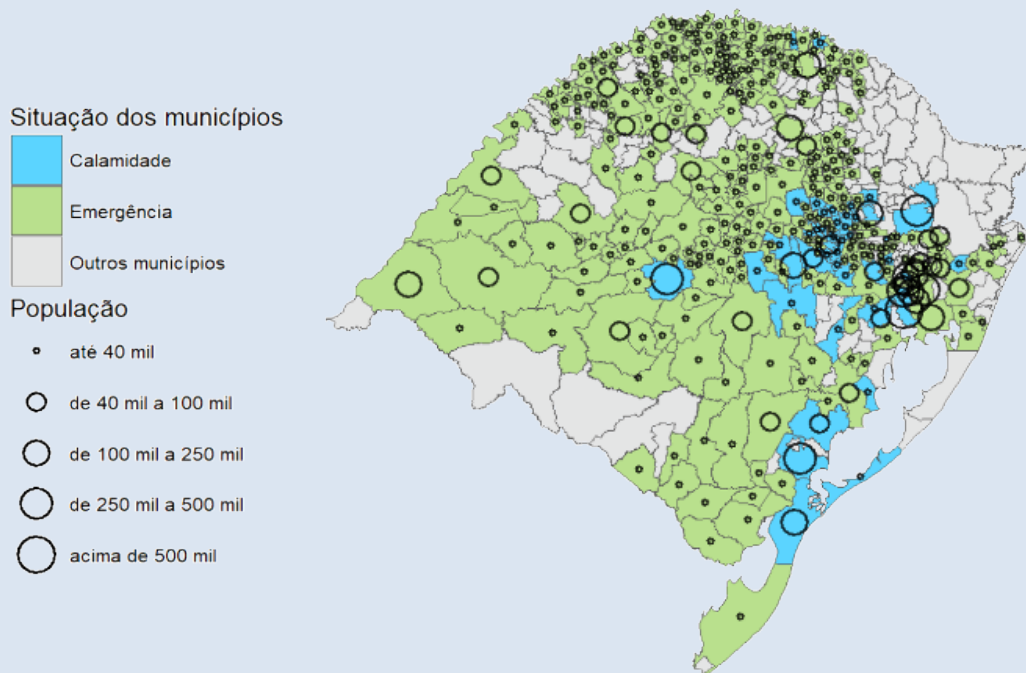


Fonte: Sistema PRISMA Fiscal/SPE-MF

Impacto da calamidade do Rio Grande do Sul no PIB de 2024

De fins de abril até início de junho, chuvas intensas afetaram a atividade de mais de 70% dos municípios do Rio Grande do Sul (RS), onde se encontram mais de 85% da população do estado (Figura 1). Foram atingidas, em especial, as regiões da Serra Gaúcha, dos vales do rio Taquari e rio dos Sinos e cidades da região metropolitana de Porto Alegre, como Canoas e São Leopoldo. Enchentes e deslizamentos causaram destruição significativa de estradas, pontes e edificações, interromperam a prestação de serviços essenciais de eletricidade e de telecomunicações, e levaram à suspensão de atividades produtivas por dificuldades relacionadas à locomoção e ao fornecimento de insumos.

Figura 1 – População nos municípios em situação de calamidade e emergência



Fonte: Decreto 57.614 de 13 de maio de 2024, IBGE / SPE

Para reduzir os danos incorridos pela população local e mitigar o impacto negativo das chuvas na atividade econômica e nos preços, o Congresso Nacional aprovou, em 7 de maio, um decreto de calamidade pública no RS. O decreto permitiu ao governo federal instituir uma série de medidas de auxílio fiscal e de crédito às famílias e empresas do estado. Medidas de auxílio aos governos estadual e municipais também foram implementadas.

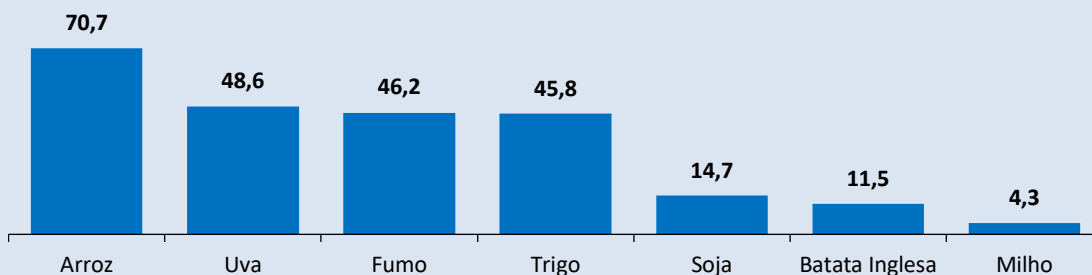
Este box busca mensurar impactos preliminares da calamidade no RS no PIB brasileiro de 2024. No estudo, foram levados em consideração não somente os impactos negativos das fortes chuvas, como também os impactos das medidas de auxílio e de transbordamentos para os demais estados. Um modelo de equilíbrio geral computável foi utilizado para cálculo dos impactos a nível de produtos da Tabela de Recursos e Usos, do IBGE.^{i,ii} Os resultados são apresentados a seguir.

Impactos das chuvas por setor econômico

De acordo com dados do Sistema de Contas Regionais, do IBGE, o RS respondeu por cerca de 6,5% do PIB brasileiro em 2021. A participação do estado foi inferior apenas à de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A participação da agropecuária, da indústria de transformação e do comércio do RS no PIB dessas atividades no Brasil foi ainda mais relevante, de 12,7%, 8,4% e 6,9%, respectivamente.

Para o setor agropecuário, tanto a pecuária como a agricultura do RS são atividades com peso relevante. Em 2023, o estado respondeu por 4,6% do abate nacional de bovinos, por 10,6% do abate de frangos e por 17,1% do abate de suínos.ⁱⁱⁱ Também respondeu por 12,8% e 6,8% do total de leite e ovos de galinha produzidos no Brasil. Na agricultura, destacam-se a produção de arroz, uva, fumo, trigo, soja, batata e milho do RS. A safra dessas culturas no estado tem participação relevante no total produzido no país, conforme mostram dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de abril, antes da calamidade (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Principais produtos agrícolas do RS - % da safra nacional de 2024

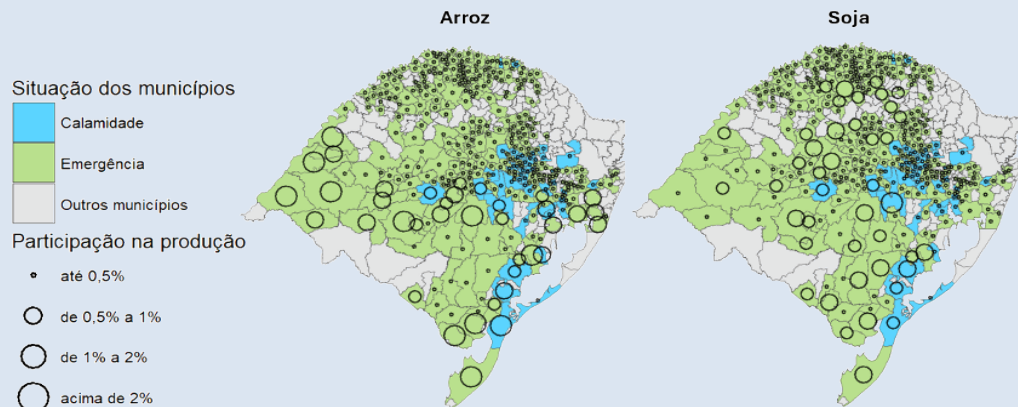


Fonte: LSPA de abril/IBGE.

Na pecuária, as chuvas devem impactar de maneira preponderante o abate e a produção de leite e ovos, além dos danos causados à infraestrutura produtiva. Estimativas da Emater/RS^{iv} apontam para perdas pouco significativas nos rebanhos de gado, suínos e aves (0,1%, 0,2% e 0,7%, respectivamente)^v. Apesar disso, no segundo trimestre, tanto o ritmo de abates como a produção de leite e ovos devem ser afetados por dificuldades relacionadas ao escoamento e conservação da produção, devido a alagamentos e interrupções no fornecimento de energia. Nos trimestres seguintes, espera-se que essas atividades voltem a operar em níveis pouco abaixo daqueles anteriores à calamidade. A recuperação da infraestrutura e de áreas de pastagem afetadas tende a ser mais lenta.

Para a agricultura, os principais danos causados pelas chuvas devem estar relacionados às áreas não colhidas de lavouras de verão, como a soja, o arroz, o milho e o feijão. A Figura 2 mostra que os municípios em situação de calamidade e emergência respondem por parte relevante da produção dessas culturas. Apesar disso, grande parcela da colheita desses produtos já havia sido realizada antes das enchentes. A Emater/RS^{vi} estima perdas de cerca de 8,7% para a safra de arroz, de 11,4% para a safra da soja, de 6,8% para a safra do milho e de 22,9% para a safra do feijão. Para culturas como o trigo e fumo, a Emater/RS aponta perdas apenas pontuais em áreas recém-semeadas, que deverão ser replantadas. Ainda assim, a produtividade e as intenções de plantio dessas e de outras culturas, como a da batata e tomate, tendem a ser prejudicadas no ano, repercutindo danos causados ao solo e prejuízos incorridos por produtores. A destruição de áreas de cultivo também deve impactar de maneira relevante a produção de culturas perenes, como a da uva.

Figura 2 – Participação da soja e do arroz nos municípios em situação de calamidade e emergência



Fonte: Decreto 57.614 de 13 de maio de 2024, IBGE / SPE

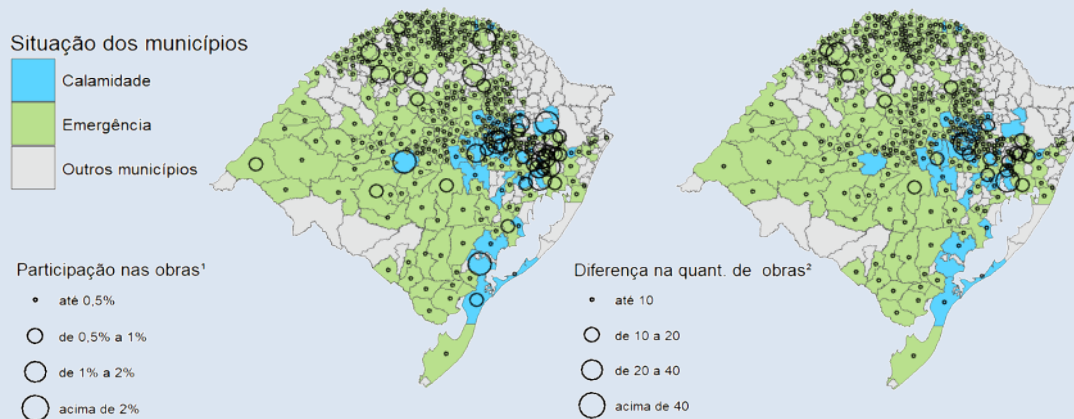
O setor industrial do RS foi responsável por cerca de 6,1% do total gerado pela indústria brasileira em 2021. No entanto, por subsetor produtivo, a participação foi heterogênea. Enquanto a indústria extrativa do RS contribuiu com menos de 0,2% do PIB extrativo no Brasil, a indústria de transformação foi responsável por mais de 8,4% do total nacional gerado por essa atividade em 2021. Já a produção e distribuição de energia e gás e a construção no RS responderam por, respectivamente, 5,5% e 6,5% do total nacional gerado por esses setores.

Na indústria extrativa do RS, se destaca a produção de carvão mineral, cuja produção deve ter sido apenas provisoriamente afetada, assim como no caso da produção e distribuição de energia. No estado, se localizam as minas do Leão e de Candiota, cuja operação é crucial para o funcionamento da usina termoeletrica Candiota III, a maior do RS. Tanto as minas como a termoeletrica foram impactadas severamente pelas inundações, mas em junho de 2024 já voltaram a funcionar. Além da termoeletrica, outra fonte relevante para a produção de energia no estado são as pequenas centrais hidroelétricas. Essas usinas também foram impactadas pelas enchentes devido ao aumento no nível dos rios, mas recuperaram suas operações relativamente rápido. A recuperação também foi rápida no caso das estações de distribuição e tratamento de água, que voltaram a operar com todas as unidades desde junho. Para essas atividades, portanto, o dano foi considerado apenas temporário, com expectativa de recuperação do nível de produção pré-calamidade já no terceiro trimestre de 2024.

Na indústria de transformação, os danos causados à produção e às fábricas foram mais severos. De acordo com estimativas da Federasul^{vii}, as enchentes impactaram cerca de 86,4% dos estabelecimentos industriais, responsáveis por 78,2% do valor agregado bruto industrial. Dados da PIM referentes ao RS mostram que a produção industrial recuou 26,2% de abril a maio, sendo mais afetadas as fabricações de máquinas e equipamentos, de produtos químicos, de veículos automotores, de produtos alimentícios, de artefatos de couro, de metalurgia e de fumo. Para a indústria brasileira como todo, foi registrada queda mensal de 4,0% na fabricação de alimentos, de 6,3% na produção de máquinas, de 11,7% na fabricação de veículos e de 28,2% na fabricação de fumo. Vale notar, no entanto, que apesar da destruição significativa que as enchentes causaram na indústria de transformação, a recuperação também parece ter sido expressiva. Pesquisa amostral da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)^{viii} mostra que 63% das indústrias respondentes sofreram paralisação total ou parcial de suas atividades, mas que 95% dessas conseguiram retomar (ainda que parcialmente) as operações dentro de um mês. Os principais prejuízos relatados envolveram dificuldades no escoamento da produção e com o fornecimento de insumos. Com base nessas pesquisas e estimativas, considerou-se que grande parcela das indústrias de transformação deverá retomar sua capacidade produtiva no segundo semestre.

Para o setor de construção, o cenário é distinto. Dados da Receita Federal mostram que há muitas obras em andamento nos municípios em situação de calamidade e emergência (Figura 3). Nesse sentido, a reconstrução da infraestrutura pode inclusive levar a um crescimento dos empregos na construção e ao aumento dos investimentos nesse setor a partir de junho.

Figura 3 – Obras ativas nos municípios em situação de calamidade e emergência



1/ Obras ativas em 20/04/2024

2/ Diferença entre a quantidade de obras ativas no dia 20/04/2024 e 20/06/2024

Fonte: Decreto 57.614 de 13 de maio de 2024, Receita Federal / SPE

O setor de serviços do RS foi responsável por cerca de 6,0% do PIB nacional de serviços em 2021. A participação do comércio e de outras atividades de serviços do RS no PIB nacional dessas atividades foi ainda mais significativa, de 6,9% e 6,4%. Em contrapartida, os transportes e as atividades financeiras do RS tiveram menor participação no PIB nacional dessas atividades que a média dos serviços do RS (de 4,9% e 5,2%, respectivamente).

No setor de serviços, estimativas da Federação de Associações Gaúchas do Varejo (FAGV) mostram que cerca de 70% das empresas tiveram atividades interrompidas^{ix}. A rede logística do estado foi fortemente afetada, com danos em rodovias, hidrovias e aeroportos, prejudicando o acesso de trabalhadores às empresas, o comércio e serviços prestados às famílias, os transportes, a reposição dos estoques e as atividades financeiras relacionadas a seguros.

Para os transportes, a expectativa é de recuperação parcial das atividades até o final do ano, com retomada mais lenta devido a danos na infraestrutura. O impacto das chuvas foi bastante severo na atividade rodoviária, na armazenagem e em outros transportes. Rodovias estaduais e federais relevantes foram danificadas e, até fins de junho, trechos da RS 122, da BR 386 e BR 116 seguiam parcialmente ou totalmente bloqueados.^x Os armazéns estão em processo de recuperação, mas a falta de acesso adequado às rodovias impactadas, além da escassez de materiais para reparos, são desafios. O aeroporto Salgado Filho, de Porto Alegre, deverá retomar parcialmente as operações apenas a partir de outubro^{xi}, embora atividades de cargas tenham sido retomadas com a reabertura do Terminal Internacional de Cargas e rotas alternativas tenham sido criadas para o transporte de passageiros. Nas áreas urbanas, linhas de ônibus foram desviadas ou suspensas, dificultando a movimentação de trabalhadores até fins de junho. Para o primeiro decênio após a calamidade, estimativas da pesquisa proprietária do Banco do Brasil (BB)^{xii} apontaram queda interanual de 40,4% nas atividades de transporte no RS.

Dados de pesquisas proprietárias auxiliam a entender a dinâmica nos subsetores de comércio e de outras atividades de serviços no estado após as enchentes.

A pesquisa ICVA da Cielo^{xiii} revelou queda interanual de 15,7% do faturamento nominal dos serviços na primeira semana de maio, com destaque para o recuo nas vendas de vestuário, restaurantes, móveis e eletroeletrônicos e material de construção. Já a comercialização de bens essenciais, como a de produtos de hipermercados e combustíveis, até avançou nesse mesmo período, refletindo o temor com a falta de abastecimento. Nas semanas seguintes^{xiv}, no entanto, o faturamento nominal dos serviços foi dando sinais de recuperação, já registrando expansão interanual de 6,0% entre 20 e 26 de maio. Perspectiva similar à da pesquisa ICVA também aparece nos dados do Índice Diário de Atividade (IDAT)^{xv} de serviços, baseado no volume de transações financeiras realizadas via Itaú. Na semana terminada em 16 de maio, considerada como o “pior momento” da calamidade, foi registrada queda interanual nas transações de 27,9% (Gráfico 2). Embora a queda tenha sido generalizada entre as atividades, foi mais relevante em serviços menos essenciais, como alojamento (-52,6%) e alimentação fora do domicílio (-26,6%). As transações nos ramos de vestuário, de veículos e de papelaria também caíram significativamente, entre 27% e 31%. Entretanto, na semana terminada em 14 de junho, um mês após o pior momento, o ritmo de transações já subia 1,2%, puxado pela alta interanual em serviços de venda de veículos (72,4%), de materiais de escritório e informática (53,9%), de outros artigos de uso pessoal (33,4%) e de material para construção (32,0%).

Dados do IBGE referentes às vendas no varejo e ao volume de serviços no RS em maio reforçam a perspectiva trazida por essas pesquisas, apontando maior queda no comércio de bens e no volume de serviços menos essenciais.

Comparado a maio de 2023, o varejo restrito cresceu 9,9% no RS em maio, impulsionado pelo aumento expressivo nas vendas de alimentos (19,5%), vestuário (5,4%) e cuidados de saúde (6,6%). Em contrapartida, as vendas de combustíveis caíram 5,2%. Já no conceito ampliado, as vendas de materiais de construção caíram 4,9%, enquanto a comercialização de veículos automotores recuou 34,2%. Para o volume de serviços, foi registrada queda interanual de 5,4% em maio. Quatro dos cinco segmentos apresentaram retração, sendo as quedas mais expressivas nos serviços prestados às famílias (-28,3%), nos serviços profissionais, administrativos e complementares (-13,1%) e em outros serviços (-7,0%). Por outro lado, os serviços de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio registraram um avanço de 2,0% na mesma base de comparação. Com base nessas pesquisas, a expectativa é que até o fim do ano o comércio de bens essenciais, como o de combustíveis e hipermercados, não seja significativamente afetado. Já o volume de serviços prestados às famílias, como alojamento e alimentação fora do domicílio, e a venda de bens menos essenciais, devem registrar queda no ano.

Gráfico 2 - Queda interanual no IDAT-Serviços na semana de 16 de maio - por atividade, em %



Fonte: Itaú-Idat. Elaboração: SPE/MF

Para as atividades de informação e comunicação, imobiliária, financeira e para os serviços públicos e de defesa, há menos informação disponível. Todas essas atividades foram prejudicadas pela calamidade, com destaque para o impacto em atividades financeiras devido ao acionamento de seguros. Enquanto para a informação e comunicação a expectativa é de recuperação até patamar anterior à calamidade ao longo do próximo semestre, para a atividade imobiliária espera-se que o crescimento a partir de junho mais que compense a queda esperada para maio, refletindo a busca de novas moradias em locais menos propensos a alagamentos. Os serviços oferecidos pela administração pública podem inclusive crescer nesse ano, repercutindo as medidas de auxílio para garantir o funcionamento adequado de hospitais, escolas e da segurança no estado.

Considerando as estimativas e hipóteses acima delineadas, o modelo de equilíbrio geral computável sugere que o impacto negativo da calamidade no RS retire cerca de -0,25 p.p. do PIB do Brasil em 2024. Por setor produtivo, os resultados do modelo indicam perdas de 0,9 p.p. para o PIB agropecuário, de 0,3 p.p. para o PIB da indústria e de 0,2 p.p. para o PIB de serviços. Esses impactos consideram tanto os efeitos negativos da calamidade no RS como os efeitos de transbordamentos da calamidade em outros estados.

Mitigação dos impactos negativos com as medidas de auxílio

Buscando mitigar os impactos negativos da calamidade, o governo federal empenhou esforços para atender as necessidades da população e das empresas do RS. Estimativas mostram que os recursos totais para auxiliar na reconstrução já atingem cerca de R\$ 109,5 bilhões^{xvi}, equivalente a cerca de 18,8% do PIB do estado em 2021 (Tabela 1). Excluindo antecipações de transferências e diferimento de tributos que ainda serão compensados em 2024 desse montante, e ainda parte dos recursos disponibilizados em linhas de crédito que devem ser utilizados apenas no próximo ano, esse montante cai para cerca de R\$ 54,5 bilhões em 2024 (9,4% do PIB do RS em 2021).

Tabela 1 - Resumo das medidas federais de apoio ao RS

	R\$ bi	% do PIB do RS em 2021
Recursos Novos: medidas de crédito, segurança alimentar, Defesa Civil, Saúde (medicamentos, atendimento, vigilância epidemiológica), Alimentação Escolar, reconstrução de rodovias, Força Nacional, Polícia Federal, Defesa: atendimento à emergência, retomada de atividades as Universidades e Institutos Federais, assistência jurídica gratuita, conectividade, Auxílio Reconstrução, Fundo de Participação dos Municípios, Trensurb, Grupo Hospitalar Conceição, fiscalização e emergência ambiental, Proagro, apoio a trabalhadores, pescadores e empregadas domésticas, recuperação de unidades da Justiça Federal	69,0	11,9%
Antecipação de benefícios e prorrogação de tributos: Antecipação de benefícios, prorrogação de tributos, Auxílio-gás, Abono Salarial, FGTS, Imposto de Renda, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, benefícios previdenciários e tributos, saque calamidade	17,5	3,0%
Suspensão do pagamento da dívida do RS por 36 meses	11	1,9%
Isenção de juros sobre o estoque da dívida por 36 meses	12,0	2,1%
TOTAL	109,5	18,8%
PIB RS em 2021	581	-

Fonte: Secom/Presidência. Exclui montante para aquisição de 100 toneladas de arroz. Disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processos/unidospelors/f/120/> <Acesso em: 17 de jul. 2024>

As medidas emergenciais para atender a população atingida pelas enchentes envolveram transferências diretas para as famílias, na forma de antecipações de abono salarial, de pagamentos extras do Bolsa-Família, de auxílio reconstrução e de liberação do FGTS por meio do saque calamidade, dentre outras. Na forma de transferências, foram liberados cerca de R\$ 11,7 bilhões para a população, sendo R\$ 3,8 bilhões referentes apenas a antecipação de recursos e R\$ 7,9 bilhões efetivamente adicionados aos recursos das famílias.

Para as empresas, foram implementadas medidas de suspensão de tributos e encargos e disponibilizados recursos em linhas de crédito. Medidas de diferimento de tributos e suspensão de recolhimento de FGTS somaram R\$ 7,3 bilhões. A disponibilização de linhas de crédito envolvendo subvenções e garantias especiais no âmbito do Pronampe, do PEAC, do Pronaf e do Proagro e a liberação de recursos da Finep e do Fundo Social para empresas afetadas pela calamidade adicionaram mais R\$ 56,3 bilhões aos recursos para reconstrução. Enquanto os diferimentos permitiram antecipar a renda disponível, melhorando o fluxo de caixa das empresas no curto prazo, as medidas de crédito facilitaram a retomada das atividades, com impacto diluído em 2024 e no próximo ano. Do montante total de recursos disponibilizados às empresas, a expectativa é de que cerca de R\$ 38,7 bilhões tenham impacto direto sobre a economia do RS ainda em 2024.

Também foram realizadas transferências intergovernamentais a fim de garantir o funcionamento adequado da saúde e educação pública, dos transportes e da infraestrutura urbana e de comunicação do RS. Além dessas, outras transferências buscaram garantir também a manutenção da segurança pública, defesa civil e o provimento de atendimentos emergenciais e de assistência jurídica gratuita. A essas transferências, somaram-se ainda recursos destinados à aquisição de moradias habitacionais, cestas básicas e abrigos. O total desses recursos, junto com a distribuição de parcela extra do Fundo de Participação Municipal a 47 cidades atingidas, equivale a cerca de R\$ 7,0 bilhões. A suspensão do pagamento de dívidas e juros para o RS e para os municípios por 36 meses, além de crédito para bancos públicos para estruturação de projetos de infraestrutura, devem adicionar a esse montante cerca de mais R\$ 1 bilhão apenas em 2024.

Essas medidas de auxílio, em conjunto, devem adicionar ao PIB brasileiro de 0,2 a 0,3 p.p. ao longo deste e dos próximos trimestres de 2024. Essas estimativas também foram computadas com base no modelo de equilíbrio geral computável e mostram maiores ganhos potenciais para o setor de serviços, seguido da indústria.

Conclusões

Com base nas estimativas e pressupostos apresentados acima, as enchentes no RS devem ter impacto negativo de cerca de 0,25 p.p. no PIB brasileiro em 2024. No entanto, esses efeitos tendem a ser compensados, ao menos em 2024, pelas medidas de suporte às empresas e pelas transferências diretas às famílias e aos governos estadual e municipais.

Apesar de na atividade nacional o impacto líquido da calamidade ser próximo a zero devido aos esforços empreendidos pelo governo federal para auxílio à população afetada, a agropecuária e a indústria de transformação deverão ser setores mais afetados. Os impactos mais negativos da calamidade sobre a atividade deverão aparecer no PIB do segundo trimestre, sendo compensados nos trimestres seguintes.

"A SPE se solidariza com as famílias afetadas, lamenta as vidas perdidas e classifica como prioritários os esforços do governo para atender, de maneira rápida e emergencial, o estado do Rio Grande do Sul e toda população afetada pelas enchentes."

- ⁱ O modelo foi desenvolvido pelo NEMEA/Cedeplar, da UFMG. Para maiores detalhes sobre o modelo, ver Domingues et al. (2014). O estudo foi realizado no âmbito da cooperação técnica “BR-T1481”, entre a SPE/MF e BID.
- ⁱⁱ Domingues, E. P., Magalhães, A. S., Betarelli, A. A., Carvalho, T. S., & Santiago, F. S. (2014). The world financial crisis in Brazil: industry and regional economic impacts. *Journal of International Business and Economics*, 2(3), 57-94.
- ⁱⁱⁱ Participação considera o peso das carcaças abatidas, de acordo com dados das Pesquisas Trimestrais do Abate de animais de 2023, do IBGE.
- ^{iv} Impactos das Chuvas e Cheias Extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024. Disponível em: https://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/safra/safraTabela_04062024.pdf. Acesso em: 04 jul. 2024.
- ^v Número de cabeças afetadas em relação ao total dos rebanhos em 2022, segundo a Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE).
- ^{vi} Informativo Conjuntural nº 1819. Relatório elaborado por Emater/RS em 13 de junho de 2024, disponível em: https://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/conjuntural/conj_13062024.pdf. Acesso em: 04 de jul. 2024.
- ^{vii} Macro Impactos Econômicos das Enchentes no Rio Grande do Sul, maio de 2024. Disponível em https://www.acisamissoes.com.br/wp-content/uploads/2024/05/macro_impactos_economicos_das_enchentes_no_RS_mai_24.pdf. Acesso em: 10 jul 2024.
- ^{viii} Consulta da FIERGS sobre as enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, junho de 2024. Disponível em https://observatorioidaindustriars.org.br/wp-content/themes/observatorio/download.php?arquivo=/wp-content/uploads/2024/06/Consulta-FIERGS-Enchentes_v1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.
- ^{ix} Chuvas no Sul: sete em cada dez empresas do varejo foram atingidas. Disponível em <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/chuvas-no-sul-sete-em-cada-dez-empresas-do-varejo-foram-atingidas/ar-BB1mjSZx?ocid=weather-verthp-feeds>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- ^x CRBM – Rodovias gaúchas com alteração de fluxo. Em: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?hl=pt-BR&ll=-29.898276162638773%2C-51.392538531693084&z=11&mid=1ZlKA_gK8tH-WY6mbDeQzIstsiwao7Q8. Acesso em: 01 jul. 2024.
- ^{xi} Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/16/aeroporto-de-porto-alegre-voltara-as-atividades-em-ou-tubro-diz-ministro.ghtml>
- ^{xii} Eventos climáticos potencializam os desafios para as economias nas regiões brasileiras. Relatório produzido pelo Banco do Brasil (21/05/2024). Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/portal/utg/ResenhaRegional.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2024.
- ^{xiii} Comércio no Rio Grande do Sul: Varejo em Porto Alegre e outras 30 cidades gaúchas tem sinais de melhora no fim de maio. Blog da Cielo. Disponível em: <https://blog.cielo.com.br/indice-icva/comercio-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- ^{xiv} ICVA: enchentes provocam queda de 15,7% do Varejo no Rio Grande do Sul. Blog da Cielo. Disponível em: <https://blog.cielo.com.br/indice-icva/enchentes-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- ^{xv} Rio Grande do Sul: monitor da calamidade (1 de julho de 2024). Relatório produzido pelo Banco Itaú (Macro Brasil). Disponível em: https://macroattachment.cloud.itaubr.com.br/attachments/27ac5c41-719c-4f71-961a-df578da9cf8f/01072024_Monitor_RS.pdf. Acesso em: 4 jul. 2024.
- ^{xvi} Estimativa considera inclusive recursos disponibilizados a linhas de crédito, suspensão de pagamento de dívidas pelo estado e auxílio financeiro temporário aos trabalhadores de um salário-mínimo em julho e agosto. Considera também antecipações de recursos que seriam dispensados ainda em 2024, mas exclui montante para aquisição de 100 toneladas de arroz.